



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal Ano X — Nº 2.053/13 — Brasília, 22 a 28 de novembro de 2004 EDIÇÃO SEMANAL

Especialistas prevêem que mudança no Judiciário, aprovada pelo Senado, trará efeitos imediatos

Esperança: reforma da Justiça vai beneficiar trabalhadores

PÁGINA 3

PLENÁRIO

O Plenário do Senado inicia a semana com mais de 20 matérias prontas para votação. Entre elas, seis propostas de mudança da Constituição.

PÁGINA 2

ORÇAMENTO

Parlamentares esperam concluir em 23 de dezembro a votação do Orçamento da União para 2005. Terão que trabalhar nos fins de semana.

PÁGINA 2

CPI DO BANESTADO

João Arcanjo Ribeiro, apontado como chefe do crime organizado em Mato Grosso, pode depor na CPI do Banestado, diz Serys Slhessarenko.

PÁGINA 9

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

KARINA XAVIER/INSTITUTO PAPA



Manifestação em Olinda reúne adultos e crianças em defesa dos direitos femininos

mulheres

Pela saúde do mundo, basta de violência

Agressão às mulheres viola os direitos humanos e compromete toda a sociedade: esse é o enfoque da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência

contra a Mulher, que começa nesta quinta-feira, em 130 países. O *Jornal do Senado* discute nesta edição os avanços e a luta contra a violência e a discriminação.

PÁGINAS 8, 9 E 16

Portadores de hepatite devem ser isentos do Imposto de Renda

O Senado aprovou o projeto de Romeu Tuma que isenta do pagamento do Imposto de Renda os portadores da forma crônica da hepatite B ou C. A proposta só depende da sanção presidencial para virar lei.

PÁGINA 4

Cliente poderá receber de empresa quitação anual de faturas

Foi aprovado pela CCJ projeto de Almeida Lima que obriga as empresas prestadoras de serviços público e de educação a emitir ao usuário declaração de quitação anual das faturas.

PÁGINA 6

Quem é responsável pela intoxicação dos mata-mosquitos?

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou relatório pedindo providências sobre a intoxicação de milhares de agentes de saúde, chamados de mata-mosquitos, que atuaram no combate à dengue.

PÁGINA 6

agenda

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS



Cobrança – Projeto permite que municípios contratem instituições financeiras privadas para cobrança de suas dívidas ativas, recebendo em troca antecipação do valor dos créditos (PRS 57/03). A intenção é auxiliar os municípios a arrecadarem esses recursos e diminuir a inadimplência. Autor: senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Relator: senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Dedução – Projeto em análise no colegiado permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas (PLS 81/02). Autor: ex-senador Carlos Wilson (PTB-PE). Relator: senador Pedro Simon (PMDB-RS).

11h – EDUCAÇÃO

Spams – A comissão discute proposta que proíbe a utilização de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica, os spams (PLS 367/03). Autor: senador Hélio Costa (PMDB-MG). Relator: senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

11h – EDUCAÇÃO

Direitos humanos – Projeto em exame na CAE obriga o ensino de direito internacional humanitário nas escolas e



academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (PLS 281/03). Autor: senador Efraim Morais (PFL-PB). Relator: senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

14h30 – SUBCOMISSÃO DO IDOSO

Estatuto – A comissão discute ações de acompanhamento para a implementação do Estatuto do Idoso.

14h30 – INFRA-ESTRUTURA

Meio ambiente – Projeto em tramitação na comissão dispõe sobre o processo de fabricação da cal, para eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente. Autor: senador Aelton Freitas (PL-MG). Relator: senador Delcídio Amaral (PT-MS).

QUARTA-FEIRA

10h – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Parcerias público-privadas – A CCJ deve votar projeto que regulamenta as parcerias público-privadas na administração pública (PLC 10/04). Depois de aprovada na comissão, a proposta está pronta para ser analisada pelo Plenário. Autor: Poder Executivo. Relator: senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Arquitetura – Proposta regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo e estabelece a criação do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e dos conselhos regionais, que atuariam como órgãos de fiscalização profissional (PLS 347/03). Autor: senador José Sarney (PMDB-AP). Relator: senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Transplantes – Projeto em tramitação (PLS 126/02) permite o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Autor: ex-senador Ademir Andrade (PSB-PA). Relator: senador Tião Viana (PT-AC).



Orçamento – A comissão discute emendas ao Orçamento do próximo ano.

17h – CPI DO DESMANCHE

Audiência pública – A CPI ouve representantes da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), da Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Sindicato da Indústria de Funiaria e Pintura do Estado de São Paulo (Sindifupi) e do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de São Paulo (Sindirepa).

QUINTA-FEIRA

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Novos embaixadores – A comissão analisa a indicação de três diplomatas, que vão exercer cumulativamente o cargo de embaixador do Brasil no exterior. O embaixador brasileiro junto à África do Sul, Lúcio Pires de Amorim, acumulará o cargo de embaixador junto à República de Maurício; o embaixador brasileiro junto à Austrália, Frederico Cezar de Araújo, acumulará a embaixada do país em Papua Nova Guiné; e o embaixador junto ao Quênia, Antonio José Rezende de Castro, acumulará a embaixada em Uganda.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

12h30: Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária

Fundef – Votação, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional (PEC 29/02) que duplica o prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Autor: ex-senador Francisco Escórcio. Relator: senador José Jorge (PFL-PE).

Idosos – Votação, em primeiro turno, da proposta que obriga o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios (PEC 1/03). Autor: senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Relator: senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Cultura – Última sessão de discussão, em primeiro turno, da proposição que cria o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual (PEC 57/03). A iniciativa busca o desenvolvimento da cultura e a integração de ações que promovam defesa do patrimônio cultural, formação de pessoal para gestão, entre outros. Autor: deputado Gilmar Machado (PT-MG). Relator: Marcelo Crivella (PL-RJ).

Prevenção – Consta da pauta proposta que obriga a inserção de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e próstata nas embalagens de roupas íntimas (PLC 88/00). Autor: deputado Barbosa Neto. Relator: senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Odontologia – Proposta obriga unidades da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) a oferecerem atendimento

odontológico (PLC 3/02). Autor: deputado Ricardo Ferraço. Relator: senador Edison Lobão (PFL-MA).

QUARTA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária

Homenagem – A hora do expediente da sessão vai homenagear o líder palestino Yasser Arafat, que faleceu no último dia 11, aos 75 anos.



QUARTA/QUINTA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária

Orçamento – Discussão, em primeiro turno, da proposta que torna o Orçamento impositivo (PEC 22/00), obrigando que o governo execute a Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso e impedindo medidas como o contingenciamento de recursos. Autor: senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Relator: senador César Borges (PFL-BA).

Agências reguladoras – A proposta, discutida em primeiro turno, estabelece princípios da atividade regulatória (PEC 81/03). Entre outras atribuições, as agências são responsáveis pela regulação de serviços públicos em regime de autorização, concessão ou permissão. Autor: Tasso Jereissati (PSDB-CE). Relator: Demostenes Torres (PFL-GO).

SEXTA-FEIRA

9h: Sessão não deliberativa

Senado tem mais de 20 matérias prontas para votação em Plenário

O Plenário começa a semana com uma pauta composta por mais de 20 matérias prontas para votação, entre elas seis propostas de emenda à Constituição (PECs), cinco projetos de lei oriundos da Câmara e um do Senado. Caso haja acordo partidário e não cheguem ao Senado novas medidas provisórias enviadas pelos deputados, os senadores poderão votar em Plenário o projeto que cria as parcerias público-privadas (PPPs). Isso será possível se antes a matéria for aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Entre as emendas constitucionais que podem ser votadas na terça-feira (23) está a PEC 29/02, que prorroga por mais dez anos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Sem a mudança, o Fundef acabará daqui a dois anos.

O fundo foi criado no governo passado e obriga estados e municípios a gastarem com o ensino fundamental no mínimo 60% de toda a verba que deve ser destinada à educação (25% das receitas).

Outra proposta de mudança na Constituição que pode ser votada (PEC 1/03) determina que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie. O texto é de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Consta ainda da pauta do Plenário, para votação na terça, PEC do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) determinando que o presidente da República compareça ao Congresso na sessão de início dos trabalhos legislativos anuais (64/99). Atualmente, o presidente envia, por meio do ministro-chefe da Casa Civil, a mensagem ao Congresso, que é lida em Plenário. No texto ele relata como foi o comportamento econômico-social do governo no ano anterior e anuncia suas intenções para o ano em curso.

Ainda nesta semana, o Plenário deve fazer a última votação de projeto que obriga os fabricantes de roupas íntimas a colocarem nas embalagens recomendações sobre a necessidade de exames de prevenção contra câncer do útero, da mama e de próstata (PLC 88/00).

Caso não cheguem novas MPs, senadores poderão votar parcerias

Orçamento de 2005 deve ser votado pelo Congresso em 23 de dezembro

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) definiu calendário de trabalho para que o Plenário do Congresso possa votar o projeto da Lei Orçamentária até o dia 23 de dezembro, conforme acerto entre as lideranças. Nesta terça-feira, a comissão se reúne para apreciar o parecer preliminar do Orçamento.

O presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), disse que para cumprir o cronograma os parlamentares que integram a comissão terão de trabalhar nos fins de semana. O projeto

está sendo relatado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

De acordo com o calendário fixado pela CMO, de 24 a 30 de novembro será aberto prazo para apresentação de emendas parlamentares ao projeto. No dia 23 de dezembro, Jucá deve apresentar o parecer final e, se aprovado, será encaminhado imediatamente para votação no Plenário do Congresso.

A CMO também deve votar nesta terça-feira créditos para investimentos previstos no Orçamento de 2004.



Projeto da Lei Orçamentária é relatado por Romero Jucá

PLENÁRIO

Reforma do Judiciário ajuda a vida do cidadão

Não será preciso muito tempo para o cidadão comum perceber os efeitos que a reforma do Judiciário, aprovada semana passada pelo Senado, trará em sua vida. O prazo será ainda mais curto para aqueles que reclamam na Justiça direitos já reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte judicial do país. Um exemplo é a decisão

de recalculer a correção monetária do FGTS, em benefício do trabalhador, de modo a eliminar os expurgos inflacionários efetuados por planos econômicos como Collor ou Verão. A correção da URV nas aposentadorias também pode ser garantida.

A razão disso é a adoção da súmula vinculante, que entrará em vigor tão logo a reforma seja promulgada pelo Congresso.

Hoje, mesmo havendo um entendimento consolidado sobre o assunto na mais alta corte do país, o cumprimento de decisões judiciais favoráveis aos assalariados é adiado por conta dos recursos impetrados pela Caixa Econômica Federal. Com a reforma, a aplicação de orientação encampada por pelo menos oito dos 11 ministros do STF (dois terços) passará a ser imediata.

Ao saudar a aprovação desse novo instrumento jurídico, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou:

– Hoje, 70% dos recursos que chegam ao Supremo Tribunal Federal, abarrotando aquela instituição de matérias repetidas, são do poder público. Com a aprovação da súmula vinculante, deixaremos o Supremo trabalhar de forma desafogada, equilibrada, fazendo com que os processos judiciais andem com mais celeridade. Quem ganha com isso é aquele que não pode contratar grandes advogados, grandes escritórios, como a pobreza do Brasil.



Aprovada semana passada no Plenário do Senado, a principal parte da emenda constitucional será promulgada em breve

Autonomia dá mais força a defensorias públicas

Outra mudança de grande impacto popular feita pela reforma do Judiciário é a autonomia administrativa e financeira das defensorias públicas estaduais. Encarregadas de oferecer assistência jurídica gratuita a quem não pode pagar advogado, elas poderão até mesmo apresentar sua proposta orçamentária às assembleias legislativas. As conseqüências disso serão a elevação do número de defensores e o aumento da sua qualificação, já que a carreira passará a ser mais bem remunerada, atraindo assim profissionais de Direito mais qualificados.

– Trata-se de um avanço extraordinário. É uma vitória consagrada para os advogados dos

pobres deste país, que são os defensores públicos estaduais – destacou, durante a votação da matéria, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Na mesma linha, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), afirmou: "Essa é uma das deliberações fundamentais da reforma do Judiciário, talvez a que mais se relacione à questão de se fazer a Justiça acessível à maioria da população".

Conselhos poderão aplicar sanções

Durante os debates sobre a reforma da Justiça brasileira, cuja discussão começou há mais de uma década no Congresso, os senadores também chamaram

atenção para a importância dos órgãos que permitirão controlar as ações do Judiciário e do Ministério Público: o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

Formados por integrantes de ambas as carreiras, além de outros, nos âmbitos federal e estadual, esses conselhos não apenas poderão impor sanções administrativas a juízes, promotores e servidores que cometerem irregularidades, mas também terão a responsabilidade de zelar pela qualidade dos serviços prestados em suas áreas.

Os dois conselhos deverão começar a funcionar no máximo até 180 dias após a promulgação da reforma.

Relator José Jorge diz que todo o país ganha com as mudanças

Engenheiro por formação, o relator da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), enfrentou o desafio de construir um consenso em torno de algo sobre o qual nem mesmo os operadores do direito – advogados, promotores, juízes – costumam chegar facilmente a um acordo. Mas ele não avoca para si o mérito pelos resultados do trabalho. Primeiro, por causa dos aperfeiçoamentos que o texto recebeu ao longo de sua discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). Depois, por conta das contribuições trazidas pelos diversos atores sociais ouvidos.

– A reforma do Judiciário é uma obra coletiva. Houve debate profundo sobre o assunto, com todos os segmentos envolvidos, o que contabilizou inúmeras e valiosas contribuições e sugestões,

todas devidamente apreciadas. Buscamos traduzir os principais anseios e expectativas tanto da comunidade jurídica quanto da sociedade, a quem a tutela jurisdicional é prestada – disse ele, em Plenário.

A proposta aprovada foi fruto de mais de quatro anos de debates no Senado, que promoveu 14 audiências públicas. No Congresso, a matéria encontra-se em tramitação desde 1992.

Durante as discussões, José Jorge chamou atenção para os benefícios que medidas como a súmula vinculante ou a autonomia das defensorias trarão para a população, especialmente de sua parcela mais pobre. Mas, como salientou, todo o país ganha com a reforma. Ele exemplificou com a possibilidade agora aberta de o procurador-geral da República solicitar o deslocamento de com-



Reforma traduz os anseios da comunidade jurídica e da sociedade, afirma José Jorge

petência para a Justiça Federal de processos envolvendo crimes relativos aos direitos humanos.

Na última quarta-feira, quando um acordo entre os líderes permitiu concluir em segundo turno a votação da reforma do Judiciário, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) destacou a maneira democrática com que o presidente do Senado, José Sarney, conduziu o debate.



O que entra em vigor logo

MEDIDA	O QUE SIGNIFICA
Súmula vinculante	Obrigar toda a Justiça a seguir decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), desde que aprovada por no mínimo oito de seus 11 ministros.
Conselho Nacional de Justiça	Fará o controle do Judiciário. Irá investigar denúncias contra juízes ou servidores da Justiça, podendo até removê-los ou aposentá-los. Terá 15 integrantes: 11 do Judiciário e do Ministério Público, dois advogados, um indicado pelo Senado e um pela Câmara dos Deputados.
Conselho Nacional do Ministério Público	Órgão similar ao Conselho Nacional de Justiça, só que voltado para as ações do Ministério Público da União e dos estados. Terá 14 membros.
Defensorias públicas estaduais	Terão autonomia funcional e administrativa e poderão apresentar proposta orçamentária própria. Com isso, atenderão melhor sua clientela: pessoas sem recursos para pagar advogado.
Rapidez processual	A "razoável duração do processo" torna-se um direito do cidadão. Não poderá ser promovido o juiz que descumprir prazos previstos em lei.
Federalização de crimes contra direitos humanos	Crimes contra direitos humanos, como tortura e homicídio praticado por grupo de extermínio, poderão ser julgados pela Justiça Federal, desde que o procurador-geral da República manifeste interesse nesse sentido.
Varas para conflitos fundiários	O Tribunal de Justiça de cada estado poderá criar varas especializadas para julgar disputas por terras.
Revisão da competência do STF	O STF poderá se recusar a julgar processos que não tenham "repercussão geral", ou seja, significativo impacto econômico, social ou político.
Tratados sobre direitos humanos	As convenções internacionais sobre direitos humanos, desde que aprovadas em cada Casa do Congresso por pelo menos três quintos dos votos, terão força de emenda constitucional.
Mudanças na Justiça do Trabalho	O Tribunal Superior do Trabalho (TST) ganhará dez novos ministros, passando a ter um total de 27. Juízes de Direito poderão atuar como juízes do Trabalho em locais não cobertos por vara trabalhista.
Número de juízes	O número de juízes deverá levar em conta a demanda judicial local. Ou seja, haverá mais magistrados onde houver mais processos judiciais.
Quarentena	Após se aposentarem ou serem exonerados, os juízes ficarão durante três anos impedidos de exercer a advocacia no respectivo tribunal.
Carreira	A promoção de procuradores e juízes levará em conta o critério de produtividade (número de ações ajuizadas ou julgadas). Para ingresso na carreira, será exigida experiência mínima de três anos na área jurídica.
Fim das férias forenses	Acaba o recesso dos tribunais de justiça no início e no meio de cada ano.
Extinção dos tribunais de Alçada	Hoje existentes em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, para julgar causas menores, eles deixarão de existir. Seus componentes serão incorporados aos respectivos tribunais de Justiça.
Justiça itinerante	Poderá ser instituída pelos tribunais estaduais e federais em locais onde o acesso ao sistema judiciário é mais difícil (favelas, vilas distantes etc.).

PLENÁRIO

Mudança na tramitação de MP pode ser votada

O presidente José Sarney, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e os líderes partidários vão se reunir nesta terça-feira para decidir a data de votação de proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que muda a tramitação das medidas provisórias (MPs). Azeredo propõe que toda MP tenha prazo de votação de 30 dias em cada uma das Casas do Legislativo e seja examinada inicialmente de forma alternada por Câmara e Senado.

Além disso, a proposta (PEC 56/04) determina que as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania das duas Casas deem parecer imediato, dispensando-se comissões especiais. Atualmente, o Congresso tem



JOSE CRUZ

Reunião na terça-feira decide data para análise da proposta de Eduardo Azeredo

120 dias para examinar MPs, prazo que é praticamente esgotado pela Câmara, restando ao Senado pouco tempo para o exame das propostas.

A PEC de Azeredo deve ser

votada ainda este ano, bem como proposição do senador prevendo que comissões possam votar projetos de forma terminativa mesmo com a pauta trancada (PRS 16/04).

Antonio Carlos criticou o governo por "atropelar os trabalhos" do Congresso com o excesso de MPs e foi apoiado por Heráclito Fortes (PFL-PI) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Já Efraim Morais (PFL-PB) evidenciou a postura de colaboração dos senadores opositores, cuja atuação permitiu a votação dos destaques à reforma do Judiciário e a aprovação no Plenário, em tempo recorde, da MP que cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq).

Aprovada criação do Modermaq

Projeto de lei de conversão (PLV 46/04) à medida provisória (MP 197/04) que cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq) foi aprovado em tempo recorde pelo Senado. O programa beneficia indústrias de bens de capital com financiamentos subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a aquisição de máquinas e equipamentos. A proposta foi

à sanção presidencial.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) recebeu a proposta na noite de quarta-feira (17) e em menos de 24 horas analisou-a e deu parecer favorável, depois de acordo entre governo e oposição. Antes de aceitar a relatoria, o senador consultou as lideranças do PSDB e do PFL e recebeu sinal verde diante da conclusão de que a proposta seria benéfica para o país.

Segundo o projeto do governo, as operações de crédito no âmbito do programa poderão

ser feitas com base em taxas de juros fixas, ficando a União autorizada, via BNDES, a assumir riscos de eventuais aumentos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou outro índice oficial que a substitua.

"As despesas decorrentes da variação dos juros ocorrerão à conta de dotações orçamentárias específicas, alocadas no Orçamento da União, observados os limites de movimentação e de empenho e de programação orçamentária e financeira anual", explica Jereissati.



MARCIA KALINE

Relatora Ana Júlia Carepa rejeitou substitutivo da Câmara dos Deputados e manteve texto original aprovado no Senado

Portadores de hepatite C ou B poderão ser isentos do IR

O Plenário do Senado aprovou na quinta-feira parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) favorável ao projeto (PLS 71/00) que isenta do pagamento do Imposto de Renda os portadores da forma crônica da hepatite C ou B. A relatora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), rejeitou substitutivo da Câmara e manteve o texto original aprovado no Senado, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP). A matéria vai a sanção.

O substitutivo da Câmara es-

tendia aos portadores de hepatopatia grave as mesmas garantias existentes para os portadores de HIV. Para a relatora, apesar de o substitutivo ampliar a extensão da proposição, tornava o projeto inconstitucional. Como nessa fase da tramitação da matéria cabia ao Senado unicamente aceitar ou rejeitar as alterações, Ana Júlia acolheu algumas sugestões da proposta e informou que está apresentando outro projeto incluindo direitos que não cabiam na matéria original.

Linguagem inclusiva em documentos oficiais

Substitutivo da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) ao projeto de lei da Câmara (PLC 102/02) que torna obrigatório o uso da linguagem inclusiva para tratamento igualitário entre homens e mulheres na legislação e documentos oficiais foi aprovado por unanimidade pelo Senado. O projeto seguiu para sanção do presidente da República.

De acordo com a matéria, será obrigatória a referência à mulher todas as vezes em que o substantivo "homem" for empregado

para designar ambos os sexos.

– Leis e atos normativos passarão a escrever 'homens e mulheres', quando antes escreviam apenas 'homens' para se referirem a ambos os sexos – explicou.

Para Serys, a linguagem inclusiva respeita diferenças de gênero e é uma das formas de combater a discriminação contra a mulher. Ela considera que o momento é oportuno para que o país realize uma "faxina" em toda a legislação para retirar os termos discriminatórios.

Plenário acolhe MP que amplia teto para colocação de títulos no exterior

O Plenário do Senado aprovou na terça-feira (16) parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a pedido do governo para elevar de US\$ 40 bilhões para US\$ 75 bilhões o limite do Programa de Emissão e Colocação de Títulos Públicos Brasileiros no Exterior. Com as recentes emissões para os mercados europeu e norte-americano, o total colocado soma US\$ 39,2 bilhões.

O Senado também acolheu

permissão para uso de derivativos financeiros nas operações com títulos representativos da dívida externa. O governo fez a solicitação devido à sofisticação dos instrumentos disponíveis nos mercados financeiros e à velocidade do surgimento de modalidades de operações.

Para o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), a medida é vantajosa, sobretudo pelas expectativas de mudança no quadro financeiro externo.

Novos cargos para TRT da 2ª Região

Proposta do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que cria cargos e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (PLC 90/03) foi aprovada pelo Senado. O relator da matéria, que vai a sanção, foi o senador Sibá Machado (PT-AC). Quando tramitou na Comissão de Justiça, Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou em retirar voto em separado contrário à matéria.

Pesar pela morte de Egídio Madruga

O Senado encaminhou voto de pesar à Assembléia Legislativa da Paraíba e à viúva Maria Eunice Madruga pela morte do ex-deputado estadual Egídio da Silva Madruga, na quinta-feira, aos 72 anos. A homenagem foi proposta pelo senador Efraim Morais (PFL-PB). Egídio Madruga ingressou na vida parlamentar aos 26 anos, em 1959, quando foi eleito deputado estadual. Para Efraim, o então deputado teve papel fundamental como relator da assembléia estadual constituinte, em 1989.

COMISSÕES



MOREIRA MARIZ

Ao lado de Simon (E) e Osmar Serraglio, Irma Portos Pérez fala na Comissão Mista do Mercosul

Professora mexicana diz que país perdeu com o Nafta

Durante palestra realizada na quinta-feira na Comissão Mista do Mercosul, sobre o custo econômico e social do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), a professora da Universidade Nacional Autónoma do México Irma Portos Pérez ressaltou o agravamento das condições de vida da maioria da população e a desestruturação das atividades agrárias e industriais naquele país, após a implantação do Nafta.

Irma Pérez observou que, na hipótese de o Brasil vir a participar da Alca, o país terá meios

para fazê-lo em condições mais favoráveis do que as que o México dispunha quando aderiu ao Nafta, uma vez que "sua estrutura econômica permite que ele se imponha".

Quanto aos dados referentes ao produto interno bruto (PIB) do México, que, inclusive, já teria superado o PIB do Brasil, a professora informou que os números podem estar projetando uma idéia equivocada. Estudos indicam que a maior parte das exportações é feita por cerca de 300 empresas transnacionais.

Azeredo quer ouvir ministro

O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, deve discutir a situação das estradas brasileiras em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, Infra-Estrutura e Fiscalização e Controle. O requerimento foi apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que critica o governo "por ter gasto apenas 6% do Orçamento, paralisado as parcerias e guardado o dinheiro da Cide".

PPPs



Últimas alterações feitas por Raupp em seu relatório asseguram maior transparência nas informações relativas às parcerias

Instrumento produziu bons resultados na Europa

A obrigação de produzir superávits primários elevados e manter a estabilidade econômica impõe aos governos de todo o mundo limites estreitos para investimentos. Não é um problema só do Brasil, ou das nações em desenvolvimento. Muitos países simplesmente esgotaram sua capacidade de gerar excedentes fiscais que permitam pesados investimentos em obras de infra-estrutura. O Brasil é um exemplo claro: os investimentos públicos federais correspondiam a 16% do produto interno bruto (PIB) em 1987. No ano passado, limita-

ram-se a 2,2% do PIB.

Nesse cenário internacional, mesmo nações ricas da União Européia buscaram nas parcerias público-privadas (PPPs) uma solução para o descompasso entre a demanda de investimentos e a capacidade dos governos de atendê-la. Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália e Espanha, apenas para citar os mais fortes economicamente, têm hoje estradas, ferrovias, sistemas de tráfego rodoviário e aéreo, metrô e transportes urbanos administrados por meio de contratos de PPPs.

Sucesso depende de regras estáveis e respeito a contratos

As parcerias empregam modalidades inovadoras de colaboração entre os setores público e privado para viabilizar projetos de infra-estrutura e a prestação de serviços públicos. Aproveitam as qualidades dos setores público e privado, estabelecendo relações de complementaridade na divisão dos investimentos, riscos, responsabilidades e ganhos. Uma das características desses acordos é vincular os pagamentos não à aquisição de ativos (bens), mas à efetiva prestação do serviço por parte do parceiro privado.

Para dar certo, as PPPs precisam se desenvolver em ambiente de estabilidade econômica, de respeito aos contratos de longo prazo, fiscalizadas por agências reguladoras fortes e

autônomas e trabalho conjunto na área de licenciamento ambiental. Com as PPPs, além da redução de custos, o governo poderá obter receitas de novas fontes, que não seriam possíveis no método tradicional de oferta de serviços. Exemplo disso é a apropriação da valorização imobiliária de áreas beneficiadas com investimentos de interesse público.

Se é consenso entre os especialistas que as parcerias não resolvem a complexidade do problema dos investimentos públicos em infra-estrutura, as PPPs têm se revelado, na maioria dos locais onde foram implementadas, um instrumento importante para a concretização de metas de crescimento e desenvolvimento nacionais.

Negociações mudam o perfil das parcerias

O projeto instituindo as parcerias público-privadas (PPPs), que será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta semana, é o resultado de seis meses de muitas negociações entre senadores de todos os partidos, que promoveram profundas alterações no texto remetido pela Câmara dos Deputados no início deste ano. Na quinta-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a quarta versão do substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) à proposta (PLC 10/04).

Líderes partidários como José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) confirmaram,

após a aprovação na CAE, que a maior parte do texto é fruto de consenso e que as dificuldades de votação serão bem menores na CCJ, mas anunciaram pedido coletivo de vista do relatório do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

– Não abrimos mão do dever de aperfeiçoar o texto no limite máximo – disse Agripino.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), também observou que a pressa não deve ser fator determinante nas discussões.

– Estamos tratando de contratos com 35 anos de duração. Portanto, é importante construirmos uma lei que seja suprapartidária,

um projeto do Estado brasileiro – justificou.

Desse modo, não é provável que a proposta chegue ao Plenário antes da próxima semana. O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), mantinha as esperanças de que um acordo agilizasse a tramitação.

– É perfeitamente possível colocar a matéria em votação na próxima quarta-feira (24), uma vez que se trata de um projeto de grande importância, que deve tramitar com certa rapidez – afirmou Edison Lobão, para quem, se for iniciada no mesmo dia, a votação em Plenário poderá ser concluída até esta quinta-feira.

Informações devem permitir maior controle

Na reunião da CAE, o relator Valdir Raupp promoveu novas alterações no substitutivo, acatando sugestões da bancada de seu partido. A principal delas prevê o envio das informações sobre os contratos das PPPs à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e também ao Senado, já que compete à Casa analisar o endividamento dos estados e dos municípios. O parecer prévio da STN para aprovação dos projetos de parceria dos estados e municípios saiu do texto, passando agora a ser exigida apenas uma comunicação a esse órgão.

Além do líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), outros integrantes do partido, como os senadores Mão Santa (PI) e Hélio Costa (MG), defenderam essa posição durante os debates na CAE. Parte de uma emenda do senador Pedro Simon (PMDB-



Mercadante (E) conversa com Jereissati: diálogo governo-oposição produziu alterações no projeto que veio da Câmara

RS) foi acolhida, determinando que o Tribunal de Contas da União (TCU) também receba as informações repassadas à STN e

ao Senado, podendo assim fiscalizar os contratos das parcerias público-privadas ainda em sua fase inicial.



"Não abrimos mão de aperfeiçoar a proposta", afirma Agripino, líder do PFL



Tourinho, relator na CCJ, quer definir a natureza do Fundo Garantidor das parcerias



Líder do PMDB, Renan defende o envio ao Senado de informações sobre os contratos

Fundo, polêmica à vista na CCJ

A segurança de que o governo não irá interferir nos contratos das PPPs e usar recursos do Fundo Garantidor para saldar dívidas (precatórios, por exemplo) é dos temas ainda em aberto para discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator Rodolpho Tourinho (PFL-BA) prometeu consultar a Procuradoria Geral da Fazenda antes de definir a natureza jurídica do fundo – pública ou privada, como defendem os empresários, temendo que de outro modo governos futuros possam também contingenciar os recursos e, assim, inviabilizar a execução dos contratos de parceria.

Em relação ao texto enviado pela Câmara, o projeto aprovado pela CAE é muito mais

explícito na definição do rateio dos riscos entre parceiros privados e públicos. Por sugestão do PMDB, haverá um compartilhamento com a administração pública dos ganhos econômicos obtidos pelo parceiro privado quando houver uma redução do risco de crédito nos financiamentos utilizados pelo investidor privado.

A garantia da qualidade dos serviços públicos prestados aos usuários por meio desses contratos de PPP está contemplada, segundo o relator na CAE, Valdir Raupp. Prevê-se a possibilidade de pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, desde que atenda a metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato de PPP.

Estado poderá reter pagamento para reparar irregularidades

Outra importante novidade é a que determina a realização de vistoria dos bens a serem devolvidos ao Estado 18 meses antes do término dos contratos. Se os bens estiverem em mau estado de conservação, o parceiro público reterá os pagamentos seguintes ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas. Esse dispositivo foi acertado entre o relator e o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), depois de pedido dos senadores

Ney Suassuna (PMDB-PB) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Valdir Raupp (PMDB-RO) também acatou pedido dos governos de São Paulo e de Minas Gerais, que já aprovaram as suas leis de PPP, ampliando de seis para dez anos o prazo para projetar as despesas anuais com os contratos de PPP, a fim de calcular o limite de 1% do comprometimento da receita corrente líquida (RCL) dos estados e dos municípios com esse tipo de contrato.

COMISSÕES

Recibo anual facilita vida do consumidor

Em decisão terminativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei do senador Almeida Lima (PDT-SE), com três emendas do relator, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que obriga as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e de serviços de educação a emitir ao usuário declaração de quitação anual das faturas.

De acordo com o texto aprovado, a quitação anual abarca as

faturas de janeiro a dezembro do ano anterior, desde que tenha havido faturamento. O usuário só terá direito a ela se quitar todas as faturas mensais. A declaração de quitação anual deverá ser encaminhada ao usuário por ocasião do envio da fatura a vencer no mês de março do ano seguinte ou no mês subsequente à completa quitação das faturas do ano anterior ou anos anteriores, podendo ser emitida em espaço da própria fatura.

Ainda segundo o projeto apro-

vado (PLS 170/03), da declaração de quitação anual deverá constar a informação de que substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do usuário, as quitações dos faturamentos mensais do ano a que se refere e dos anos anteriores.

Na justificativa da proposta, Almeida Lima assinala que pretende facilitar a vida dos consumidores de serviços de empresas públicas ou privadas, prestadoras de serviços públi-



Para Almeida Lima, o principal objetivo do projeto é facilitar a vida dos consumidores



Antonio Carlos Magalhães apresentou três emendas à proposta

cos: "Trata-se de desobrigar, após um período considerado razoável, o cidadão de guardar um exagerado número de papéis comprobatórios durante cinco anos (...)"

O projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso, subscrito por no mínimo nove senadores, para que seja votado pelo Plenário do Senado.

Mata-mosquitos: CAS propõe investigação

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou relatório da Subcomissão Temporária da Saúde que pede providências sobre a intoxicação de milhares de agentes de saúde, chamados de mata-mosquitos, que atuaram no combate à dengue. No relatório, que será agora votado pelo Plenário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) recomenda que as denúncias sejam encaminhadas ao Ministério Público da União, ao Ministério da Saúde e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que sejam tomadas as providências civis, penais e administrativas cabíveis.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), elogiou o relatório, enquanto o senador Flávio Arns (PT-PR) cobrou medidas enérgicas para que os responsáveis sejam punidos.

Em audiência pública em junho, médicos e técnicos

denunciaram a contaminação dos mata-mosquitos com organofosforados, DDT, Malathion e outros produtos altamente tóxicos. Os agentes foram demitidos pelo



Mão Santa: punição para os responsáveis

governo federal em 1999, sem qualquer indenização.

Na mesma reunião, a CAS aprovou requerimentos convidando os ministros da Saúde, Humberto Costa, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para discutir

as necessidades orçamentárias dos ministérios para 2005 e uma audiência pública com o diretor-presidente da Anvisa, Cláudio Maierovitch.

Acordo para Alcântara em debate

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia aprovou requerimento do presidente do colegiado, senador Hélio Costa (PMDB-MG), convocando audiência pública sobre a utilização da Base de Alcântara por outros países. Deverão ser convidados o ministro da Defesa, vice-presidente José Alencar, e o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos. Ao apresentar a proposta, Hélio Costa recordou que o ex-ministro José Viegas admitiu a existência de um texto de acordo com os Estados Uni-

dos para utilização da base.

– Seria inteligente discutir o assunto com o Congresso Nacional, para não voltar a acontecer o que já aconteceu no passado – recomendou Hélio Costa, ao lembrar a resistência do Legislativo ao acordo firmado com os Estados Unidos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por sugestão do senador Delcídio Amaral (PT-MS), o requerimento aprovado se refere a acordos com outros países, e não só com os EUA.

Turismo terá orçamento maior no ano que vem

O Ministério do Turismo deverá ser contemplado com R\$ 384 milhões no Orçamento da União de 2005. Neste ano, a pasta recebeu R\$ 228 milhões. Esses valores não incluem as emendas individuais apresentadas pelos deputados federais e senadores, que atingiram R\$ 58,8 milhões, todas elas já empenhadas. As informações são do ministro Walfrido Mares Guia, durante audiência pública na Subcomissão Temporária de Turismo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Além de debater a proposta orçamentária para 2005 de sua pasta, assunto principal do

requerimento propondo a reunião, apresentado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), Mares Guia fez um balanço do seu período à frente do ministério. Ele manifestou confiança de que as metas do Plano Nacional do Turismo, que abrangem o período de 2003 a 2007, serão cumpridas.

A intenção é que, até 2007, o turismo gere 1,2 milhão de novos empregos, o número de visitantes estrangeiros chegue a 9 milhões, a atividade produza US\$ 8 bilhões em divisas e o número de passageiros desembarcados internamente nos aeroportos atinja 65 milhões.



Mares Guia (E), Pavan e Paulo Octávio, na audiência pública: turismo ganhará mais R\$ 156 milhões no Orçamento de 2005

Barcos podem ficar mais tempo

As embarcações de passeio trazidas ao Brasil por turistas estrangeiros poderão permanecer no país por até dois anos além do prazo dado a seu proprietário. A medida consta do Projeto de Lei 230/03, de autoria do senador César Borges

(PFL-BA), aprovado em caráter terminativo pela CAE. O texto, que segue diretamente para a Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário, determina que o proprietário deverá comprovar possuir recursos para mantê-la no país.

Construção de Angra 3 será tema de audiência pública

Requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) – foto – para realização de audiência pública sobre a necessidade de construção da



Hélio Costa

Usina Nuclear Angra 3 foi aprovado pela Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Em data ainda a ser marcada, serão convidados o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos; o diretor-presidente da Eletrobrás Termonuclear (Eletronuclear), Zieli Dutra Thomé Filho; o secretário de Meio Ambiente de São Paulo, José Goldenberg; o professor Rogério César de Cerqueira Leite, da Universidade de Campinas; e o ex-presidente da Eletrobrás Luís Pinguelli Rosa.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) elogiou o requerimento do presidente da subcomissão e observou que o país gasta por ano US\$ 22 milhões só com a manutenção de equipamentos já comprados para a usina, que há dez anos se encontram no Rio de Janeiro, à espera de utilização.

– Angra 3 tem que ser avaliada em seus aspectos ambiental, tecnológico e de suprimento de energia. Angra 2 tem tido um desempenho impecável até agora – afirmou Delcídio.

Senado de olho na Operação Pororoca

A subcomissão temporária que vai acompanhar a Operação Pororoca, da Polícia Federal, foi instalada pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), sendo eleitos Ana Júlia Carepa (PT-PA) e César Borges (PFL-BA) como presidente e vice, e João Alberto Souza (PMDB-MA) como relator. Os senadores votaram pelo arquivamento de auditoria do Tribunal de Contas da União em obras da Companhia Docas (SP) e aprovaram decisão sobre atuação do Dnocs.

Infra-Estrutura acata novo diretor da Antaq

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, por 13 votos a 1, parecer favorável do senador Paulo Octávio (PFL-DF) à indicação, pelo presidente da República, do engenheiro Ronaldo Herbst Dotta para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), para um mandato de quatro anos, em substituição a Tarcísio Jorge Caldas Pereira. A matéria segue para o Plenário. A agência tem, entre suas finalidades, regular, supervisionar e fiscalizar serviços de transporte aquaviário.

Novas regras sobre dupla filiação

Projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera a Lei Orgânica dos Partidos Políticos para estabelecer regras claras sobre a dupla filiação foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O projeto (PLS 60/03) acrescenta um quinto caso à relação das hipóteses de cancelamento imediato da filiação partidária: o desligamento voluntário do filiado. Conforme a Lei Orgânica, o cancelamento imediato se dá em caso de morte, perda dos direitos políticos, expulsão e outras formas previstas no estatuto, com comunicação obrigatória ao atingido em 48 horas.



Valadares

COMISSÕES

CCJ susta portaria da contribuição sindical

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de decreto legislativo do senador Paulo Paim (PT-RS) que susta portaria do ministro do Trabalho sobre o desconto, em folha de pagamento de salário, das contribuições instituídas pelos sindicatos. A proposição (PDS 1.125/04) será agora avaliada pelo Plenário.

A portaria disciplina a cobrança, por parte dos sindicatos, das contribuições por eles instituídas em assembleia-geral da categoria – a confederativa e a assistencial, esta decorrente de convenção, acordo coletivo ou sentença normativa. Entre outras normas, a portaria determina que tais contribuições são obrigatórias apenas para os empregados sindicalizados. Estabelece que o desconto, em folha de pagamento, dessas contribuições dos empregados não sindicalizados só poderá ser efetuado mediante sua prévia e expressa autorização. A portaria sujeita à autuação



Paim (D) defende, na CCJ, seu projeto de decreto legislativo: não compete ao ministro disciplinar a matéria

administrativa o empregador que proceder ao desconto em folha de pagamento sem a devida autorização do empregado não sindicalizado ou com base em instrumento coletivo não registrado no ministério.

Segundo o relator do projeto, senador José Jorge (PFL-PE), além de inadequada, a portaria “vem gerando graves prejuízos para os sindicatos, eis que os empregadores, temerosos de serem autuados administrativamente pela fiscalização, dei-

xam de efetuar o desconto das contribuições de empregados não sindicalizados”. Paim argumentou que não compete ao ministro disciplinar a matéria, “exorbitando a competência da autoridade ministerial”.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), sugeriu a substituição da portaria por um projeto de lei, a ser votado em regime de urgência, fixando um teto do salário anual para a contribuição do não associado.

Comissão pede dados sobre a Lei Rouanet

A Comissão de Educação aprovou requerimento de informações ao Ministério da Cultura, apresentado por seu presidente, senador Osmar Dias (PDT-PR), sobre o volume de recursos liberados por meio dos incentivos fiscais da Lei Rouanet, a partir de 2002, e sobre onde tais recursos foram aplicados, por estado. O senador quer saber também qual o destino dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no período

de 2002 a novembro de 2004, identificados por projetos e seus respectivos responsáveis.

O presidente esclareceu que pretende obter subsídios para as discussões que a CE iniciará sobre as alterações que serão propostas pelo governo à Lei Rouanet, “uma vez que a análise do mérito cabe a este colegiado, e objetivando, ainda, dirimir dúvidas suscitadas na mídia e pelo setor teatral quanto à aplicação e

ao destino dos recursos”.

Osmar Dias anunciou que não iria ao seminário sobre a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e a produção audiovisual brasileira, que aconteceu quinta-feira passada. O senador recebeu somente na terça um convite, o que considerou um desrespeito à CE e à Subcomissão do Cinema, que desde o ano passado discute o tema.

Projeto cria universidade federal em Bacabal, Maranhão

A Comissão de Educação aprovou, em turno suplementar e em caráter terminativo, substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto (PLS 203/03) de autoria do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que autoriza a criação da Universidade Federal de Bacabal (Ufbac), por desmembramento da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Lobão destacou que o projeto tem o mérito de permitir que os alunos do ensino médio de Bacabal e municípios vizinhos, sem condições de pagar cursos superiores privados, tenham acesso à universidade pública e gratuita.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), disse que vai recomendar ao Ministério da Educação que estude a inclusão, proposta pelo ex-senador Eurípedes Camargo, de funcionários que elaboram a merenda escolar no Conselho de Alimentação de cada escola pública.

Diploma obtido no exterior tem prazo máximo para revalidação

Para tornar mais ágil a revalidação dos diplomas de cursos superiores obtidos no exterior, a Comissão de Educação acatou, em turno suplementar, substitutivo do senador Cristovam Buarque (PT-DF) – foto – a projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que limita em quatro meses o prazo para que as universidades públicas brasileiras se pronunciem sobre a validade de diplomas de graduação.

O projeto (PLS 498/03) que vai agora para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para ser apreciado pelo Plenário do Senado, também fixa o prazo de seis meses para que os diplomas de pós-graduação obtidos no estrangeiro sejam registrados ou não.



Cristovam

Eduardo Campos defende recursos para interligar universidades

As redes de fibras óticas já montadas pela Petrobras e por empresas de distribuição de energia poderão ser utilizadas para estender a todas as universidades federais do país a infovia de alta velocidade que une, atualmente, instituições de ensino superior localizadas na região entre Campinas (SP) e Petrópolis (RJ).

A iniciativa está prevista em

uma emenda ao Orçamento da União de 2005, no valor de R\$ 115 milhões, sugerida à Comissão de Educação pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos. Ele pediu ainda o apoio da comissão a uma outra emenda, de R\$ 68 milhões, de apoio à pesquisa fundamental por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq).

Segundo o ministro, a aprovação da emenda – caso esta venha a ser encampada pela CE – poderá viabilizar a construção até dezembro de 2005 de redes lógicas dentro das unidades federais e a extensão da atual infovia de alta velocidade, pertencente à Rede Nacional de Pesquisa (RNP), a todo o país. Os recur-

Sociedade terá um terço dos votos na gestão das universidades

Parecer da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) favorável a projeto de lei (147/04) do senador José Jorge (PFL-PE) que regulamenta o percentual de representantes da sociedade civil nos órgãos deliberativos superiores das universidades públicas foi aprovado, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação. Agora, a proposta segue para votação da Câmara dos Deputados.

O projeto altera artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta a participação de membros da sociedade civil mas não define em que percentual.

Fica determinado que o colegiado será formado em dois

terços por membros da comunidade acadêmica e em um terço por representantes da sociedade civil local e regional. De acordo com a Constituição federal e com a lei específica da educação, informou Ideli, a gestão democrática deve constituir um dos princípios que norteiam o ensino público do país.

– A universidade é um dos pilares do processo de desenvolvimento econômico e social do país. Como uma forma social de produção do saber e do conhecimento, precisa se adequar às exigências da sociedade e estruturar-se de forma a fazer parte da comunidade a qual pertence e em função da qual atua – disse Ideli em seu voto.

Universidades poderão usar títulos do Tesouro para quitar débitos

Em decisão terminativa, a Comissão de Educação aprovou projeto do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) – foto – determinando que os certificados do Tesouro Nacional recebidos pelas instituições de ensino



Eduardo S. Campos

superior poderão ser usados para pagamento de obrigações previdenciárias e/ou quitação de débitos de tributos federais, a serem definidos em regulamentação posterior.

O projeto (PLS 7/04) altera dispositivo do Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior (Fies). Para

o relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), o projeto “contribuiu efetivamente para se alcançar a meta do Plano Nacional de Educação, que prevê que se atenda a 30% dos jovens de 18 a 25 anos de

idade em cursos superiores de graduação”. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou voto em separado, rejeitado pela comissão, alertando que a aprovação traria impacto no Tesouro Nacional, “afetando sua receita e reduzindo o resultado primário das contas públicas”.

Subcomissão do Idoso elege Sérgio Cabral como presidente

“Respeitar o idoso é respeitar a si mesmo”, afirmou o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), ao ser eleito presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, instalada semana passada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) foi escolhido vice-presidente. Na reunião, os senadores apresentaram o Protocolo de Intenções do Programa Cidade Amiga da Terceira Idade, que já tem mais de 200 municípios cadastrados.

Em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc) e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, o programa visa incentivar as cidades brasileiras a desenvolverem práticas públicas em benefício dos idosos.

As cidades que preencherem os pré-requisitos exigidos pelo programa receberão um Certificado de Qualidade de Cidade Amiga da Terceira Idade.

A subcomissão poderá convocar audiência pública para discutir a questão do transporte interestadual gratuito para os idosos, previsto no Estatuto do Idoso mas alvo de constatação judicial. Para a audiência, serão convidados membros do Ministério Público da União, da Agência Nacional de Transportes e representantes das Empresas de Transporte Interestadual.

Também participaram da reunião os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Sibá Machado (PT-AC) e Aelton Freitas (PL-MG).



Eduardo Campos disse que, se emenda for acatada, rede fica pronta até dezembro de 2005

REFORMA POLÍTICA Cota para candidatas não elevou significativamente número de deputadas e vereadoras

Ainda faltam mulheres na política



Patrícia Saboya constata dificuldade de preencher cotas no interior do Ceará

As eleições municipais deste ano demonstram que o resultado da política de cotas para estimular a candidatura - e eleição - de mulheres para os Legislativos, instituída em 1995, ainda oferece resultados pouco expressivos: apesar de constituírem mais da metade da população brasileira, as mulheres representam hoje 12,6% do total de vereadores eleitos (veja quadro). Levando-se em conta que nas eleições de 1996 eram

mulheres 11,2% dos eleitos, chega-se à conclusão de que houve um aumento tímido. Falhas na lei, resistências dos partidos e questões culturais são vistos como motivos para que a participação das mulheres na política não aumente.

Os resultados não apontam para impactos eleitorais das cotas. Resta saber se a experiência vai produzir efeitos na cultura política no médio prazo - afirma a pesquisadora Clara Araújo, da Universidade do estado do Rio de Janeiro.



Para Serys, maior participação da mulher na política ajuda a combater a discriminação

Partidos não preenchem cotas reservadas para as candidatas

De acordo com a Lei 9.504/97, cada sexo deve ocupar o mínimo de 30% e o máximo de 70% das candidaturas em eleições proporcionais para os Legislativos. Porém, nenhum partido preenche as cotas destinadas às mulheres (veja quadro).

O problema é que, ao adotar as cotas, a lei também ampliou o número de candidatos que cada partido pode lançar para até 150% das cadeiras em disputa. Assim, foi possível acomodar candidatos que cederiam lugar para mulheres.

Os partidos tampouco sofrem punições se não atingirem a cota ou se apresentarem candidatas que, na prática, não competem. A única limitação é que a cota para as mulheres não pode ser ocupada por homens. Como resultado, os partidos não encontram filiadas dispostas a preencher as vagas.

As leis de cotas no Brasil foram apoiadas por todos os partidos, por conta do baixo impacto na competição eleitoral - analisa Clara Araújo. Para a especialista em Direito Constitucional Jane Maschio, parte da explicação para a baixa eficácia do sistema de cotas no Brasil estaria na percepção da atividade política pelas mulheres.

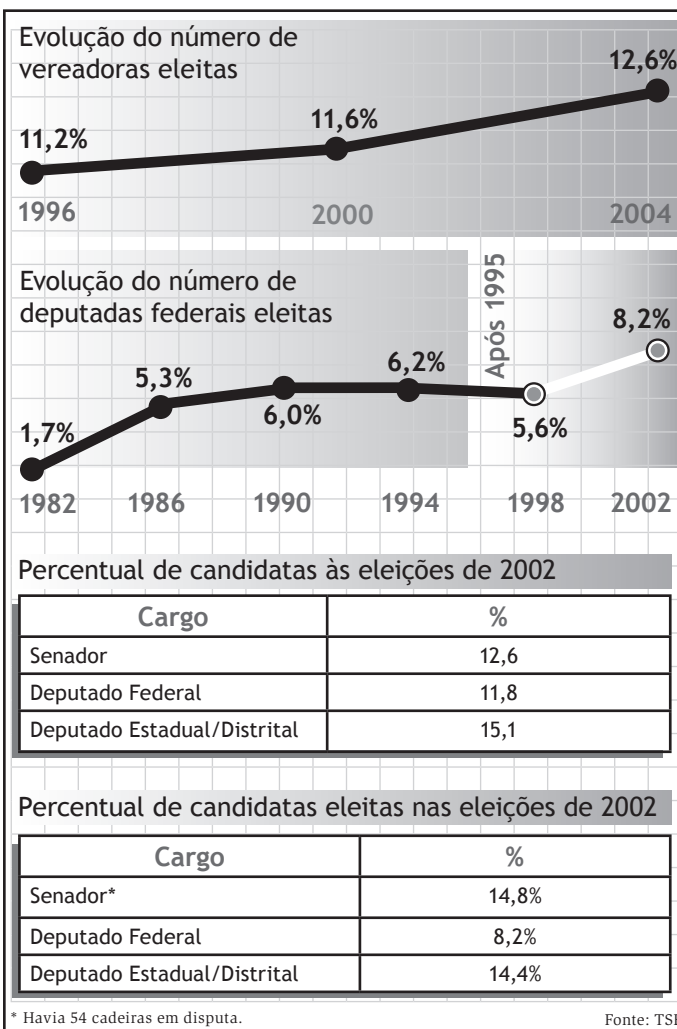
O sistema de cotas não desencadeou maior mobilização das mulheres, que relutam em ocupar espaços. Talvez a falta de interesse pelo cenário político-partidário tenha como causa não apenas resquícios de uma cultura de inferiorização das mulheres, mas também a idéia de que a política é uma atividade "promíscua" - afirma.

Papel social da mulher dificulta participação

As senadoras Heloísa Helena (PSOL-AL), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Patrícia Saboya (PPS-CE) apontam o papel da mulher na sociedade - de quem se espera o desempenho de tarefas em casa e no trabalho - como um dos impedimentos para a ampliação do número de candidatas.

O sistema de cotas não é uma panacéia. Mas não se pode falar simplesmente que a mulher não quer participar. Com a dupla jornada de trabalho, a participação fica difícil - avalia Heloísa.

Serys entende que dar apoio às mulheres por meio de creches e restaurantes pode fazer com que a mulher, além da família e do trabalho, tenha oportunidades na vida pública.



Proposta destina recursos dos partidos a estimular lideranças femininas

A proposta da Comissão da Câmara dos Deputados que analisou a reforma política no ano passado (PL 2.679/03) mantém o percentual mínimo de 30% das candidaturas assegurado a cada sexo. O projeto - que inova ao destinar 35% dos recursos do Fundo Partidário para as instâncias partidárias dedicadas ao crescimento da participação feminina - reserva ainda 20% do tempo dos programas partidários no rádio e na TV para promover as mulheres na política.

Esses dispositivos, que tiveram como inspiração projeto

da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), procuram fazer com que as estruturas dos partidos apoiem efetivamente as lideranças femininas.

Consultadas, as senadoras Heloísa Helena, Patrícia Saboya e Serys Slhessarenko consideram válidas as medidas propostas na Câmara. Porém, já há críticas ao projeto.

É razoável esperar-se que o aodamento voluntarista custe caro ao Tesouro, com pouco retorno, porque não se permitiria às mulheres se interessarem por política - afirma o consultor do Senado Eurico Cursino Santos.

Sistema de lista aberta favorece tradicionais lideranças masculinas

Segundo a pesquisadora Clara Araújo, os sistemas de listas de candidatos fechadas em convenções partidárias tendem a ser mais favoráveis às mulheres. No sistema de lista aberta, em vigor no Brasil, a disputa pelas vagas é individualizada, com os esforços dos partidos concentrados nas tradicionais lideranças masculinas. Assim, as plataformas partidárias, em que aparecem as propostas em favor das mulheres, assumem um caráter secundário.

Já na Argentina, país que adota as listas fechadas e que apresenta resultados positivos com relação à política de cotas, a legislação determina que só será aceito o registro de candidaturas que apresentem o número mínimo de candidatas e alternem nomes de homens e mulheres na lista, para evitar que as mulheres sejam colocadas na base da lista. Como resultado, afirma Clara Araújo, os próprios partidos se vêem estimulados a investir em programas mais permanentes para as mulheres.

Foi assim que a bancada feminina no Parlamento argentino passou de 4,7% das cadeiras antes da adoção da lei, em 1991, para 26,5% em 1999, ocupando o 16º lugar entre os países com maior percentual de mulheres no Congresso.

Projeto da Câmara não oferece medidas adicionais

No Brasil, o projeto de lei da comissão que analisou a reforma política na Câmara adota a lista fechada, mas não estabelece critérios para privilegiar a ordem de classificação das mulheres nas listas apresentadas pelos partidos à população. Mas as experiências mostram que, sem medidas adicionais, esse sistema pode não apresentar resultados para a representação feminina brasileira.

Outro país que define cotas para mulheres na política, a Bélgica observou que as candidatas estavam sempre na base da lista. Com a ação organizada das mulheres, os partidos mudaram de comportamento. Dessa forma, em 1999, foram ocupadas por mulheres 23% das cadeiras do Parlamento.

Serys Slhessarenko concorda que a lei de cotas não é suficiente.

Precisamos de outros mecanismos que contribuam para que a participação da mulher na política seja de igual para igual. Espero que isso possa ser feito na reforma política - declarou.

Publicações do Senado sobre eleições e reforma política



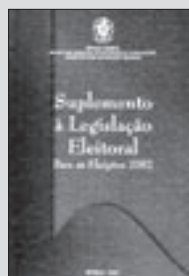
Eleição e Representação
Autor: Gilberto Amado



Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar



A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro
Autor: Manoel R. Ferreira



Suplemento à Legislação Eleitoral



Revista de Informação Legislativa nº 161

Editadas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, as obras ao lado podem ser adquiridas pelo e-mail livros@senado.gov.br, pelo telefone (61) 311-3575 ou ainda pelo site do Senado, em www.senado.gov.br, onde podem ser encontradas maiores informações.

MULHERES



Jandira Feghali (E), Serys Shlessarenko e Iara Bernades ouvem a ministra Nilcéa Freire (ao microfone)

Combate à violência une governo e Congresso

A ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, participou, na quinta-feira, de uma reunião com a bancada feminina no Congresso. No encontro, foi discutida a contribuição das deputadas e senadoras para a implementação e cumprimento de metas que ampliam a autonomia das mulheres e atendem às suas necessidades. A ministra fez um balanço das ações do governo como forma de promover a igualdade de gênero e observou que o êxito dessas iniciativas está condicionado à revisão da legislação e debate das propostas junto ao Executivo, ao Congresso e à sociedade civil. Nilcéa fez um balanço das principais metas voltadas para

a promoção da mulher, destacando a iniciativa na área de educação prevendo redução em 15% no número de analfabetas acima de 45 anos, o que significará, em 2007, diminuição de 5% na taxa de analfabetismo. Participaram do encontro as senadoras Serys Shlessarenko (PT-MT), Fátima Cleide (PT-RO), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Ideli Salvatti (PT-SC).

Parcerias ajudam a apressar mudanças

De acordo com Serys, inúmeras propostas voltadas para combater a violência e a discriminação contra a mulher já foram aprovadas ou aguardam votação no Senado e na Câmara. Compreendem desde a correção de expressões discrimina-

tórias no Código Penal até a abordagem, nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, da violência contra a mulher (proposta relatada por Fátima Cleide na Comissão de Educação). As iniciativas partiram de parlamentares e muitas delas têm sido apresentadas por força do trabalho de organizações não-governamentais que acompanham a tramitação, no Congresso Nacional, de projetos que garantem os direitos das mulheres.

– A parceria com entidades interessadas em promover a mulher tem sido fundamental para dar respaldo ao nosso trabalho – reconhece Serys, presidente da Comissão Temporária do Ano Nacional da Mulher no Senado.

Igualdade, a busca permanente nas propostas

A senadora Serys Shlessarenko ressalta que, embora ainda exista “um longo caminho a percorrer”, proposições inovadoras têm sido aprovadas na Câmara e no Senado. Entre elas, cita o substitutivo de sua autoria, já aprovado pelo Senado, que retira do Código Penal uma série de dispositivos discriminatórios em relação à mulher, entre eles o que eliminava a culpa do estupro, caso ele viesse a se casar com a vítima ou se ela se casasse com terceiro. A expressão “mulher honesta” para efeito da aplicação de penalidades também deverá ser retirada da legislação, de acordo com o substitutivo.

Serys foi relatora do projeto de lei que torna obrigatório o uso de linguagem inclusiva para tratamento igualitário entre homens e mulheres na legislação e documentos oficiais. O projeto foi aprovado por unanimidade no Senado e, agora, volta ao exame dos deputados. Essas modificações, de acordo com a senadora, representam



Ideli Salvatti: reunião com ministra discute iniciativas em favor da mulher

uma “verdadeira faxina” nas leis em vigor sobre documentos oficiais. No caso da linguagem inclusiva, será obrigatória a referência à mulher todas as vezes que o substantivo homem for utilizado para designar ambos os sexos.

Outra proposta, já transformada em lei, estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher, iniciativa que preencheu uma lacuna, já que os pronto-socorros e hospitais nem sempre



Fátima Cleide relata proposta que leva às escolas discussão da violência contra a mulher

registravam a ocorrência junto à polícia, deixando impune o responsável.

Além de mudanças na legislação, as senadoras estão investindo na divulgação de informações sobre os direitos da mulher. Em agosto deste ano, a Comissão do Ano Nacional da Mulher do Senado divulgou a publicação *A Mulher e as Leis*, com informações sobre planejamento familiar, licença-maternidade e direito à integridade física e emocional.

OUTRAS

Sarney e João Paulo participam de celebração do Dia da Bandeira

Em comemoração ao Dia da Bandeira, na última sexta-feira (19), os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, hastearam simultaneamente bandeiras situadas em frente a cada uma das Casas, ao pé da rampa que conduz ao Congresso. O Hino Nacional foi cantado por alunos do ensino fundamental da Escola Classe 104, de São Sebastião (DF).

Ainda como parte da comemoração, os presidentes entregaram a medalha comemorativa dos 180 anos do Congresso Nacional a três atletas paraolímpicos do Distrito Federal: Antonio Delfino de Souza, medalha de ouro no atletismo, e Cristovam

Jaques Pereira Lima e Iranildo Conceição Espindola, ambos do tênis de mesa.

Em Plenário, a data foi lembrada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que relembrou que a Bandeira Nacional seguiu a filosofia positivista de Auguste Comte, baseada no princípio do amor e da ordem para chegar ao progresso. “Será que estamos vivendo isso no Brasil?”, indagou.



Sarney hasteia bandeira situada ao pé da rampa que conduz ao Congresso Nacional

CPI do Banestado deve ouvir Comendador, afirma Serys

João Arcanjo Ribeiro, mais conhecido como *Comendador*, apontado como chefe do crime organizado no estado de Mato Grosso, poderá ser convocado para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga a evasão de divisas e lavagem de dinheiro, informou na sexta-feira (19) a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT).

Ela acrescentou que João Arcanjo está preso no Uruguai

desde 2003 e deverá retornar até o final do ano ao Brasil, em virtude de a Justiça daquele país ter autorizado a extradição dele. A senadora disse que João Arcanjo foi sempre considerado um dos homens mais poderosos de Mato Grosso e teria uma fortuna pessoal de cerca de US\$ 750 milhões.

– Espero que a CPI do Banestado possa ouvir João Arcanjo. Certamente, ele terá muita coisa a dizer – previu Serys.

Crivella dirigirá grupo parlamentar do pleno emprego

Com o objetivo de apresentar ao Executivo soluções para a retomada dos níveis de emprego no país, a Frente



Marcelo Crivella

Parlamentar do Pleno Emprego, presidida pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), promove o I Fórum Parlamentar do Pleno Emprego nesta terça-feira (23), às 10h30, no Auditório Petrônio Portella (Anexo II do Senado Federal).

Além de parlamentares, diversas entidades de classe já confirmaram presença ao encontro.

Suassuna comemora 80 anos de entidade da área de educação

Os 80 anos de criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) foram lembrados na sexta-feira (19) pelo senador



Ney Suassuna

Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele disse que o melhor presente para a instituição seria o reconhecimento como entidade de utilidade pública, que, acredita, deverá ser assinado em breve pelo presidente Lula.

Suassuna informou que a entidade oferece espaço para os maiores nomes da educação, sempre debatendo as principais questões político-pedagógicas.

Estudantes podem visitar exposição sobre o Senado

Como parte da programação de comemoração dos 115 anos da Proclamação da República, o Senado e o Conselho Federal de Administração abriram na noite de quarta-feira (17), no Espaço Cultural do Administrador, a exposição “O Senado e seus Presidentes – Império e República”, baseada no livro de autoria do diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia.

Contando com painéis ilustrativos que destacam a trajetória dos presidentes do Senado, a exposição poderá ser visitada até 10 de dezembro, das 10h às 12h e das 14h às 17h. A mostra ocorrerá apenas nos dias úteis. Faculdades que tiverem interesse em agendar visitas guiadas para grupos de estudantes poderão manter contato por meio do telefone (61) 218-1825.

PLENÁRIO

Virgílio: incompetência ameaça as instituições

A incompetência administrativa do Executivo ameaça paralisar as instituições, alertou quinta-feira o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), para quem as demissões de autoridades indicariam a dificuldade do PT para lidar com

a máquina pública. A seu ver, apenas o Senado tem

mantido uma rotina proveitosa de trabalho, “graças à colaboração da oposição, o que não acontece na Câmara”.

Ele anunciou uma possível mudança de postura dos opositores, que pretendem nesta semana apresentar condições ao governo para não obstruir as votações no Senado.

– Temos autoridade para cobrar porque se desmantela a máquina administrativa. Estamos procurando fazer o Senado trabalhar. O governo não funciona, a Câmara também não e os ministérios são sinônimos de inação. Terça-feira (23) pela manhã, a oposição apresentará as condições que impõe para continuar colaborando.

Virgílio disse que as mudanças no comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) e no Ministério do Planejamento trazem insegurança para a economia do país.

Crítica às relações do Brasil com a China

Em discurso quarta-feira, Virgílio afirmou que o fato de o presidente Lula ter prometido reconhecer a China como economia de mercado junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) pode ser considerado “um crime de lesa-pátria”.

– Não é um gesto de boa vontade. Tem implicações econômicas graves. Quando o Brasil trabalhava números para basear suas exportações em relação à China, usava como base os preços da Indonésia, um país de livre mercado. Com esse acordo, terá que tomar como base o mercado doméstico chinês, onde os preços são subsidiados.



Arthur Virgílio anuncia que a oposição vai impor condições

Suassuna encaminha documentos a CPI

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) encaminhou ao presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e ao relator, deputado José Mentor (PT-SP), documentos relativos às movimentações financeiras de contas que uma das suas empresas (Colégio Anglo-Americano) possui em bancos norte-americanos. As movimentações foram alvo de reportagem no jornal *Correio Braziliense*, que as qualificou como irregulares. O parlamentar afirmou que os documentos cobrem todos os dias de funcionamento das contas.

– A documentação, uma vez analisada, servirá para provar, à exaustão e de maneira irretorquível, a lisura e a legalidade dos procedimentos adotados no tocante aos negócios das empresas da família Suassuna – disse. Ele também pediu sindicância para apuração do vazamento de informações sigilosas e a responsabilização administrativa dos implicados no episódio.

Suassuna encaminhou representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar dando conhecimento das providências tomadas desde que foi alvo, segundo destacou, de “notícias caluniosas” publicadas pelo *Correio Braziliense*.

O senador também levou ao gabinete da Presidência do Senado uma lista de documentos que amparam sua defesa.

Motta exalta viagem de Putin ao país

João Batista Motta (PMDB-ES) considerou “histórica” a primeira viagem de um chefe de Estado russo ao Brasil, o que, observou, vem criando grandes expectativas entre cientistas e empresários, por causa dos acordos que estão sendo negociados. Vladimir Putin chegaria ao Brasil no último domingo.

Motta disse que Rússia e Brasil são dois grandes países em desenvolvimento e o comércio entre eles, hoje de US\$ 2 bilhões, poderá crescer rapidamente. A Rússia importa US\$ 74,5 bilhões por ano, mas os brasileiros só conseguem abastecer 2% dessas compras. O senador destacou o acordo de cooperação tecnológica espacial que será assinado.

A expectativa dos dois governos, conforme afirmou, é que aumentem as vendas brasileiras de carne, queijo, frutas, óleo de soja, aparelhos domésticos e outros produtos. Do lado dos russos, há vontade de vender ao Brasil aviões, helicópteros, equipamentos médicos, armamentos e componentes automotivos, entre outros.



João Batista Motta destaca expectativa em torno da missão

Ideli: quem elevou carga tributária foi governo FCH

Ao rebater na quarta-feira declarações de que o governo estaria promovendo um aumento de carga tributária, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse que sofrem de amnésia os que criticam e esquecem o que aconteceu na administração passada. Ela afirmou que foi no governo anterior que ocorreu o maior aumento da carga tributária da história recente do país, subindo de 26% do produto interno bruto (PIB) para 36% do PIB no período.

– Quem teve coragem de tocar

a reforma tributária e evidenciá-la foi este governo. O governo passado adotou medidas tributárias pontuais, não podendo ser caracterizada como uma reforma – lembrou a senadora.

Ideli Salvatti fez um apelo aos opositores que criticaram o seu comportamento na tribuna, argumentando que o seu discurso foi duro e contundente como uma resposta a pronunciamento do senador César Borges (PFL-BA), que também foi incisivo em relação ao aumento da carga tributária no país.

Heráclito defende atuação da administração passada

Ao responder ao pronunciamento da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), classificando-o de provocativo, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) defendeu o governo Fernando Henrique Cardoso, do qual foi um dos líderes na Câmara dos Deputados. Ele afirmou que a administração passada optou por um modelo e pagou o preço por isso, tendo o PT se apropriado daquele modelo.

– Essa é uma Casa da moderação, do diálogo – ressaltou o

senador, criticando o comportamento da líder, que evidenciara, segundo ele, “o viés autoritário desse governo”.

Heráclito disse ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que as provocações dos seus liderados são descabidas e servem para minar a autoridade dele.



Heráclito

Borges atribui aumento de impostos à política do PT

César Borges (PFL-BA) sustentou que o PT é muito diferente no governo do que era na oposição. Ele destacou que as promessas que ajudaram a eleger o presidente Lula não foram cumpridas e que o governo, ao contrário, adotou uma política econômica de cunho neoliberal.

O senador disse que o PT está promovendo a elevação da carga tributária, que atingiu neste ano mais de 38% do produto interno bruto (PIB).

César Borges também apresentou requerimento de informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre aplicações de dinheiro de entidades da administração federal direta e indireta no Banco Santos, agora sob intervenção.

O senador lembrou que estão circulando informações de que a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e até o fundo de pensão dos funcionários do Banco Central teriam vultosos recursos no Banco Santos.



César Borges

EDUCAÇÃO - A senadora Fátima Cleide (PT-RO) rebateu, em discurso no Plenário, críticas do ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza aos rumos do atual governo nesse setor, em entrevista que concedeu ao jornal *O Globo*.

Na entrevista, Paulo Renato disse que o governo Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Educação, Tarso Genro, “perderam o foco”, referindo-se aos programas iniciados no governo Fernando Henrique.

Fátima Cleide afirmou que os programas citados por Paulo Renato carecem de recursos para sua continuidade, e garantiu que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vai liberar verbas para vários deles.

– O ex-ministro não dispõe de dados para criticar o governo - protestou a senadora por Rondônia, enumerando uma série de programas e a quantidade de recursos que serão disponibilizados para cada um.

MANIFESTAÇÃO - As declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre recente manifestação de estudantes em Maceió, durante discurso do chefe do governo, foram contestadas na quarta-feira pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). A senadora explicou que não iria fazer uma avaliação de mérito “sobre as vaias, ovos e tomates” que foram atirados contra o presidente da República, mas condenou a avaliação feita por Lula.

– Também não adianta atribuir a mim participação naquele evento. Não tenho nada com isso, nunca gastei ovo, tomate, hortaliças em geral, com político. Nada tenho a ver com isso, mas posso dar um testemunho de reparação para minha querida Alagoas, pois aquele estado me deu a honra de eleger uma mulher, que não é da elite alagoana, para o Senado - declarou Heloísa.

COPOM - Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou em discurso quinta-feira a política econômica do governo e afirmou que o aumento da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, de 16,75% para 17,25%, mostra como é difícil fazer planejamento empresarial no Brasil. É por isso, acrescentou, que a classe empresarial foi unânime em reprovar a decisão do Copom.

Alvaro também chamou atenção para o desgaste sofrido pelo Congresso Nacional junto à sociedade. Na opinião do senador paranaense, reformas não concluídas ou realizadas pela metade, paralisação dos trabalhos, excesso de medidas provisórias e submissão dos parlamentares aos ditames do governo prejudicam a imagem do Poder Legislativo.



Alvaro Dias

EMBRAPA - Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) prestou homenagem à Embrapa Recursos Genéticos pelo transcurso dos 30 de criação daquela unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em discurso na quinta-feira, ele advertiu para a necessidade da revisão de leis ambientalistas que dificultam a pesquisa genética e o aproveitamento imediato dos seus resultados na produção agropecuária do país. Juvêncio disse que a unidade, denominada Centro Nacional de Recursos Genéticos (Cenargen), desenvolve, entre outras atividades, quarentena, coleta, avaliação, conservação e uso de germoplasma com o objetivo de aumentar a variabilidade genética de espécies agrícolas e disponibilizá-las para a pesquisa agropecuária no país.



Juvêncio

PLENÁRIO

Alberto Silva alerta para condição das estradas

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) alertou para o desperdício causado pelas precárias condições das rodovias brasileiras. Como alternativa, ele sugere a criação de uma câmara de gestão para dinamizar a reabilitação das estradas. A exemplo da estratégia adotada quando da crise no setor elétrico, ele propõe a combinação de ações emergenciais, sob o comando da Presidência da República.

Alberto Silva falou também sobre projeto de sua autoria que institui o Cartão de Identificação do Cidadão (PLS 328/04). Válido em todo o território nacional, o cartão informará nacionalidade,

naturalidade e filiação do identificado, além dos números da carteira de identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), entre outros.

O parlamentar também pediu apoio para programa que pretende ajudar o agricultor a produzir com mais lucro no semi-árido nordestino.

Segundo informou, em três hectares cultivados com algodão, feijão e mamona, com auxílio dos técnicos do programa, é possível obter uma renda de até R\$ 3 mil por mês.



Alberto Silva também defende programa de apoio a pequenos agricultores do semi-árido

Antonio Carlos aponta falha em indenização

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou em Plenário contra o pagamento de indenizações do governo a pessoas que não sofreram nenhuma represália no regime militar. Baseado em matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 14 último, Antonio Carlos disse que Fernando T. S. Sampaio, um dos que recebeu indenização de cerca de R\$ 1 milhão, mais pensão mensal, foi seu secretário na prefeitura de

Salvador, de 1971 a 1975, "em pleno regime militar".

Por sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que falou em aparte, Antonio Carlos vai enviar um requerimento de informações ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Antonio Carlos classificou a situação como danosa aos cofres públicos e considerou o fato um escândalo. Ele acrescentou que os verdadeiros perseguidos são as viúvas de Vladimir Herzog,

de Manuel Fiel Filho e de Rubens Paiva, citadas pelo jornal, que enfrentam a burocracia para "receber uma ninharia", enquanto pessoas abastadas recebem o benefício sem merecer.

– Em pleno regime militar, como prefeito de Salvador, dei obras para Rubens Paiva tocar – informou.

Antonio Carlos, em apartes, recebeu apoio dos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Papaléo Paes (PMDB-AP).

Heráclito pede apuração de fraude no Siafi

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu apuração urgente de denúncia publicada no jornal *Correio Braziliense* sobre suposta adulteração no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) com objetivo de beneficiar estados inadimplentes, entre eles o Piauí. Estados que devem ao governo não podem receber recursos, mas, segundo as denúncias, o

Siafi teria sido alterado, permitindo o repasse de verbas.

Heráclito informou que apresentará requerimentos pedindo apuração das denúncias. O senador lembrou que o governo federal e o do estado do Piauí são do PT e que se houve convivência na adulteração do Siafi, trata-se da desmoralização do sistema.

Com relação à sindicância sobre denúncia contra Heráclito,

interpelado em Barrerinhas (MA) por um juiz eleitoral na véspera das eleições municipais sob acusação de que levaria R\$ 400 mil para o candidato local do PMDB, o deputado estadual João de Deus Souza, presidente do PT do Piauí, e o jornalista Arimatéia Azevedo, diretor do portal AZ-PI, concordaram na sexta-feira (19) em abrir seus sigilos telefônicos para a Corregedoria do Senado.

Mozarildo propõe campanha em defesa da soberania

Em discurso sobre as ameaças à soberania da Amazônia, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) propôs que as forças mais ativas da nação, juntamente com o governo, liderem campanha



Mozarildo Cavalcanti

nacional de defesa da região. Segundo afirmou, para autoridades governamentais, para boa parte dos militares, setores da inteligência nacional e diversos especialistas em estu-

dos estratégicos, as possibilidades de uma refrega envolvendo o país estão hoje mais presentes na Amazônia. Para o senador, "é nessa vasta fronteira frágil e despovoada, vigiada de maneira deficiente e de difícil acesso, onde

mora o grande perigo". O senador disse que as fronteiras amazônicas do Brasil estão cercadas por cinturão militar externo formado por mais de 20 bases norte-americanas.

João Thomé: Amazônia é usada como moeda de troca

O senador João Thomé Mestrinho (PMDB-AM) cobrou respeito à região amazônica que, segundo ele, nos últimos anos, tem sido transformada em moeda de troca.

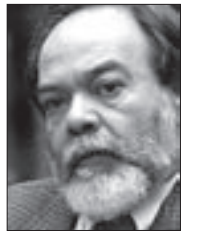
– Toda vez que há uma negociação com o FMI, com o Banco Mundial, mais um gesso se põe na Amazônia. Parece que somos apêndice do país. Mas somos nós, lá, que defendemos nossas fronteiras – ressaltou.

O senador lamentou "o desprezo que se tem por aquele pedaço de terra", destacando que o brasileiro que nasceu na Amazônia é proibido de entrar em

muitas regiões, "porque são reservas, áreas de pesquisas feitas por organiza-

ções não-governamentais". João Thomé assumiu o mandato de senador na quinta-feira (18) no lugar de seu pai, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que se licenciou por quatro meses para tratamento de saúde. O parlamentar foi deputado federal por duas vezes, é produtor rural e foi secretário de Agricultura do Amazonas, na administração

Amazonino Mendes.



João Thomé

Antero cobra esclarecimento sobre pagamento feito pela Petrobras

Novo requerimento de informações será encaminhado por Antero Paes de Barros (PSDB-MT) à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para detalhar operação triangular que permitiu depósitos a 37 empresas, entre fevereiro de 2001 e maio de 2003, no valor de R\$ 80 milhões, relativos à dívida de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da Petrobras com o Mato Grosso do Sul. Ele quer conhecer pagamentos feitos pela estatal a empresas credoras do estado.

Presidência

Sarney recebe presidentes da Coreia do Sul e do Vietnã

A semana no Senado Federal foi marcada pela visita de dois presidentes de países asiáticos, que foram recepcionados pelo presidente da Casa, senador José Sarney. Na quarta-feira, ao lado de João Paulo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados), Sarney recebeu Roh Moo-Hyun, o chefe de Estado da Coreia do Sul, em visita oficial de três dias ao Brasil.

Sarney ressaltou a importância do encontro, assinalando que

a Coreia é o terceiro parceiro comercial do Brasil na Ásia, com negócios que movimentam cerca de US\$ 2,5 bilhões ao ano. O presidente da Coreia também tocou nesse ponto, sugerindo que caberá ao Congresso "o grande papel de trabalhar para criar um ambiente mais favorável à expansão desse mercado".

O presidente sul-coreano recebeu de Sarney um exemplar da edição coreana de seu romance *Saraminda* e disse que era uma

agradável surpresa saber que, além da política, o senador também se dedicava à literatura.

Ainda na quarta-feira, o presidente do Vietnã, Tran Duc Luong, foi recebido por Sarney no Salão Nobre do Congresso. O presidente vietnamita lembrou os 15 anos do estabelecimento de relações entre seu país e o Brasil. Sarney anteviu que esse relacionamento se intensificará, em razão de os dois países comungarem ideais em favor da paz universal.



Em companhia de João Paulo Cunha, Sarney recepcionou o presidente do Vietnã, Tran Duc Luong

Saque de recursos no Banco Santos

José Sarney distribuiu nota à imprensa para explicar o saque de recursos no Banco Santos. Ele negou ter tido acesso a informação privilegiada antes da intervenção pelo Banco Central.

– Os recursos são meus, de origem declarada, Imposto de Renda declarado. Agi como qualquer

correntista, na hora que tem notícia de que o banco não está bem e evidentemente pode sacar o depósito. Botei no Banco do Brasil, que espero não tenha o mesmo problema.

Conforme ele disse, informações sobre as condições do banco foram obtidas na imprensa.

Secretária quer desenvolver turismo no Oiapoque

O presidente do Senado recebeu na terça-feira a secretária de Turismo do Amapá, Fátima Pelas, que veio pedir apoio para o desenvolvimento turístico do município de Oiapoque.

A secretária estava acompanhada da presidente e do vice da As-

sociação Comercial do Oiapoque, Maria das Dores Nobre Lamarão e Firmino Bispo Martins.

Maria das Dores disse que pediu apoio para o aprimoramento da estrutura turística do município de Oiapoque a fim de que possa receber visitantes estrangeiros.

Confederação espera mais verbas para municípios

Sarney conversou na quarta-feira com o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, prefeito de Mariana Pimentel (RS), que manifestou a preocupação da entidade com a inclusão da reforma tributária, já aprovada na Casa, na pauta mínima em elaboração na Câmara para votação até o final deste ano.

O principal interesse dos prefeitos é a elevação de 1% - de 22,5% para 23,5% - da cota do Fundo de Participação dos Municípios, que depende da aprovação da reforma para ser paga aos 5.559 municípios brasileiros ainda no mês de dezembro.

PLENÁRIO

Violência atinge 50 milhões de crianças

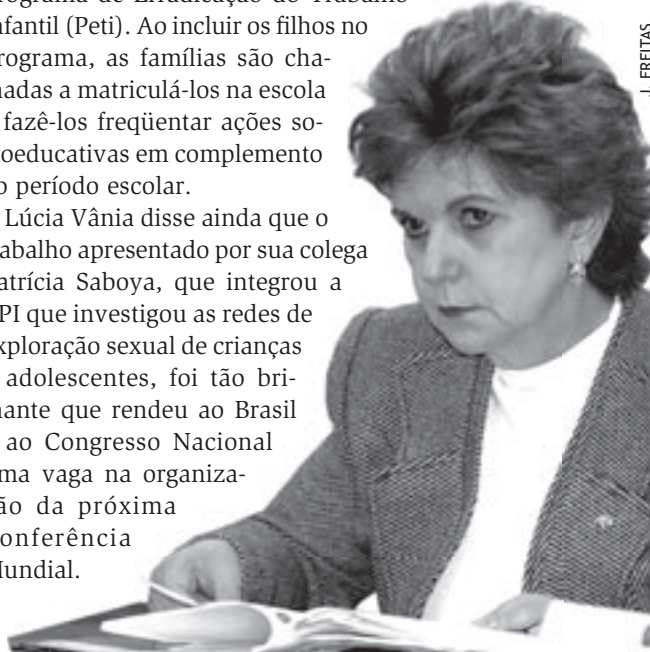
Depois de ter participado no mês passado, em Roma, da Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares pelos Direitos das Crianças e Adolescentes, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) – foto – lamentou em discurso que cerca de 50 milhões de crianças sejam vítimas das mais variadas formas de violência, que vão de tráfico de seres humanos a trabalho infantil ou exploração sexual. Além de Lúcia Vânia, representaram o Congresso brasileiro no encontro a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP).

Lúcia Vânia pôde constatar que nem sempre a situação das crianças e adolescentes é boa tanto em países do primeiro mundo quanto nas nações em desenvolvimento. Nesses últimos, o que muda é a gradação da violência, afirmou.

Nos debates em Roma, Lúcia Vânia ressaltou a iniciativa adotada pelo go-

verno, em 1996, com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Ao incluir os filhos no programa, as famílias são chamadas a matriculá-los na escola e fazê-los freqüentar ações socioeducativas em complemento ao período escolar.

Lúcia Vânia disse ainda que o trabalho apresentado por sua colega Patrícia Saboya, que integrou a CPI que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, foi tão brilhante que rendeu ao Brasil e ao Congresso Nacional uma vaga na organização da próxima Conferência Mundial.



J. FREITAS

Jonas Pinheiro defende produtores rurais de acusações

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) assumiu a defesa de produtores rurais que estariam sendo injustamente acusados por



Jonas Pinheiro

fiscais do Ministério do Trabalho de contratar empregados em regime de escravidão.

– É necessário não se deixar levar pelo sensacionalismo e ir considerando trabalho escravo qualquer descumprimento da legislação trabalhista – advertiu.

Libertador do Acre é entronizado no Panteão da Pátria



Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) compareceu à cerimônia de entronização de José Plácido de Castro, conhecido como Libertador do Acre, no Panteão

da Pátria e da Liberdade, localizado na Praça dos Três Poderes. A entronização foi uma iniciativa de Tião Viana, que apresentou projeto de lei nesse sentido.

Garibaldi faz relato sobre viagem à sede da ONU

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) fez um relato de sua viagem à sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, onde representou o Senado como observador. Ele disse que pôde constatar o trabalho ali desenvolvido em defesa da paz mundial.

Garibaldi ressaltou que a ONU tem perseguido uma utopia chamada “Declaração do Milênio”, que estabeleceu metas a serem cumpridas num prazo muito curto. E afirmou que a instituição

prepara-se para fazer um balanço do trabalho e já reviu o prazo para cumprimento das metas, projetando soluções para o ano de 2140. Ele defendeu a candidatura do Brasil a um assento no Conselho de Segurança da ONU. Explicou que o conselho tem cinco países-membros permanentes e dez eleitos a cada ano. O Brasil entraria nesse último grupo, disputando com Alemanha, Japão e Índia. Para ele, com esse posto o país refletiria a liderança que exerce na América Latina.

Paim agradece escolha de seu nome para troféu

O senador Paulo Paim (PT-RS) agradeceu a eleição de seu nome como destaque na categoria Carreira Política do troféu Raça Negra, concedido pela Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural (Afrobrás) no último dia 12. O prêmio foi criado para homenagear personalidades e autoridades que contribuíram para a valorização e o respeito ao negro no Brasil.

– Esse prêmio cresce de importância quando sabemos que hoje os negros são mais de 50% da população brasileira, o que faz do Brasil o maior país negro

do mundo, depois da Nigéria – afirmou Paim.

Depois de ter sido escolhido em votação por jornalistas de todo o país, Paim teve seu nome confirmado em lista submetida a voto na Internet e por meio de cupons. Para o senador, a vitória mostra que não só a imprensa, mas também o povo, reconhece a luta do parlamentar gaúcho pela redução das desigualdades raciais, materializada no Estatuto da Igualdade Racial. O estatuto é um projeto de autoria do parlamentar pronto para ser votado no Senado.

Projetos

Mário Calixto apresenta projetos de apoio à população carente

Assistência social é tema de dois projetos do senador Mário Calixto (PMDB-RO). O primeiro prevê que embaixadas e consulados brasileiros mantenham cadastro de crianças e adolescentes carentes residentes no Brasil e de brasileiros residentes do exterior que estejam dispo-

tos a auxiliar os menores com bolsas de estudo, livros, roupas, entre outros (PLS 317/04). O segundo transforma saldos de serviços pagos e não utilizados por usuários de empresas de telecomunicação em recursos para programas de combate à exclusão social (PLS 318/04).

Mozarildo propõe controle sobre torcida

Conflitos entre torcidas organizadas em estádios de futebol, que já fizeram várias vítimas, motivaram o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) a propor mudança no Estatuto de Defesa do Torcedor. A proposta obriga a diretoria da torcida a assinar, na porta do estádio, termo de responsabilidade por qualquer ato de seus integrantes dentro do estádio (PLS 327/04). Determina ainda que as torcidas entrem por um portão especial e sejam filmadas para permitir a identificação.

Paim sugere mudanças na cobrança do IR

O senador Paulo Paim (PT-RS) propõe mudar a legislação do Imposto de Renda para evitar tributação indevida àqueles que, por conta de atrasos nos salários, recebam rendimentos acumulados (PLS 320/04). O imposto incidirá no valor relativo a cada mês, e não no total recebido pela pessoa. Um trabalhador que recebe R\$ 1 mil por mês, e fica sem salário por dez meses, continua isento quando receber a soma dos atrasados (R\$ 10 mil). Hoje, parte do valor seria retido na fonte.

Projeto de João Alberto proíbe homenagem a membros da ditadura

Projeto apresentado pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA) proíbe que vias, logradouros, rodovias e monumentos públicos recebam nomes de qualquer político que tenha exercido cargo público federal não eletivo durante o regime militar, entre 1964 e 1985. “É preciso que a sociedade brasileira fixe um juízo condenatório definitivo sobre os desmandos então perpetrados pelos detentores de um poder usurpado”, argumenta.



Valmir Amaral: distribuição de água canalizada só com autorização do poder público



Proposta de Zambiasi visa coibir lavagem de dinheiro por meio de loterias

Valmir Amaral quer impedir uso ilegal de água

Proposta do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) proíbe a distribuição ou exploração de água canalizada, sem a autorização do poder público. Ele afirmou que esse procedimento tem sido prática comum em condomínios irregulares nos centros urbanos (PLS 325/04). Já o projeto (PLS 319/04) apresentado pelo senador Magno Malta (PL-ES) inclui, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o trecho que contorna a cidade de Serra (ES).

Apostador deve se identificar, propõe Zambiasi

Para coibir a lavagem de dinheiro por meio de loterias esportivas, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) propõe que seja obrigatória a identificação do apostador, no ato da aposta, por intermédio do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) - PLS 322/04. Zambiasi apresentou ainda proposta que trata da proteção, tratamento e uso de dados pessoais (PLS 321/04) e que isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos destinados ao transporte escolar (PLS 323/04).

Sérgio Cabral pede o fim do voto obrigatório

A instituição do voto facultativo no Brasil voltou à pauta das discussões do Senado com a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC 39/04) pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que acaba com o voto obrigatório no Brasil. O relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que recentemente pediu a criação de uma subcomissão para debater esse e outros assuntos da reforma política.

– Se o voto é um direito, como podemos punir o cidadão que

simplesmente se recusa ao exercício desse direito? O ato de não votar não exprime também uma opção política? – questiona o autor da PEC.

O senador reconhece que o voto obrigatório atinge o objetivo de obtenção de grande quantidade de votos, mas isso se dá com sacrifício à qualidade deles. E considera ainda o voto obrigatório mais suscetível a fraudes e abusos do poder econômico, já que o eleitor muitas vezes não toma decisões com consciência.

– A obrigatoriedade é fonte do

voto irresponsável, clientelista e oportunista, que pouco contribui para a democracia. O voto burocrático, obrigatório, tem sido um fator a mais a contribuir para más escolhas – avalia Sérgio Cabral.

O argumento de que um número baixo de eleitores no sistema facultativo diminuiria a representatividade dos eleitos é descartado pelo senador. Ele pondera que democracias de países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão, Alemanha e Noruega adotam o voto facultativo sem que isso tenha afetado os sistemas.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 6 e 10 de novembro

Voz do Leitor

HORÁRIO DE VERÃO

“Senhores senadores, até quando o nosso governo vai fazer o povo sofrer com a inconveniência do horário de verão? Se é para economizar, que o adote para sempre.”

Paulo Roberto Freire Sena, de Arraias (TO)

VOTO OBRIGATÓRIO

“Senador Paulo Paim, se vivemos em um país democrático, por que somos obrigados a votar? Não será a hora de mudar essa lei?”

José Alves Castro, de São Gonçalo (RJ)

FÉRIAS SEMESTRAIS

“Sugiro aos senadores a apresentação de um projeto garantindo que as férias sejam de 20 dias em cada semestre, em vez de 30 dias ao ano.”

Valentim Antônio Santos Lima, de Cidade da Serra (ES)

CARTÃO MAGNÉTICO

“Gostaria de sugerir projeto de lei que crie um cartão magnético com código de barras para aposentados e pensionistas, usando a impressão digital como senha. Isso daria mais segurança para os cidadãos e facilitaria para os analfabetos e para

as pessoas idosas, que geralmente se esquecem de suas senhas.”

Luiz Carlos Galdino Campos, de Campina Grande (PB)

DEFIBRILADOR

“Sugiro ao senador Demostenes Torres a apresentação de um projeto que torne obrigatória nos estádios de futebol a existência de aparelho semi-automático para ressuscitar a vítima, como é feito nos estádios de outros países.”

Igor Rafael Guimarães, de Vianópolis (GO)

JORNAL DO SENADO

“O *Jornal do Senado* tem grande importância para nós, jovens e estudantes, porque nos ajuda a conhecer os senadores. O jornal nos fala de projetos e principalmente de leis que irão beneficiar os brasileiros. As pessoas se sentem mais importantes ao receber essas notícias e ter a oportunidade de ler e comentar o que pensam dos senadores. Além de tudo, o jornal nos abre a mente e nos alerta sobre o que acontece no país.”

Diana Rodrigues de Araújo, aluna da Escola de Ensino Médio Ibiapina, de Ibiapina (CE)

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA

“O acesso à leitura em todas as localidades brasileiras ainda é um sonho. Essa necessidade nos encorajou a montar uma biblioteca comunitária. Solicitamos a doação de livros para aumentar o acervo. Contribuições podem ser enviadas para: *Biblioteca Comunitária Generosa. a/c Walter José, Comunidade Rural do Sítio Queimadas. Km 444 da BR-116. 63380-000 Barro (CE)*”

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

Pergunte ao Senador

APOSENTADORIA

Agamenon Limeira de Carvalho, de Caldas Novas (GO)

“Senador Demostenes Torres, o governo federal determinou que as pessoas que se aposentaram a partir do ano de 1984 recebessem uma diferença salarial em sua aposentadoria. Sou aposentado desde 1982 e gostaria de saber se tenho o mesmo direito.”

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) responde:

Senhor Agamenon, de acordo com a Medida Provisória 201, de 23 de julho de 2004, somente quem se aposentou a partir de março de 1994 tem direito à revisão do benefício previdenciário, ou seja, ao aumento. Isso ocorre porque, em fevereiro daquele ano, o INSS não concedeu um reajuste de 39,67% às pessoas que estavam se aposentando (as já aposentadas na época haviam recebido o valor). Como a Justiça reconheceu agora o direito ao reajuste, o governo editou a medida provisória beneficiando os aposentados desde março de 1994.



FISCALIZAÇÃO DE LEIS

Alexandre Guimarães da Silva, de São Paulo (SP)

“Gostaria de saber se o Senado fiscaliza as leis para que as mesmas sejam aplicadas, visto que todas são consideradas boas.”

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) responde:

Uma das características essenciais do regime democrático é a separação de funções e atribuições entre três instituições, ou três Poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Cabe ao Legislativo, sobretudo, fazer as leis; ao Executivo, aplicá-las e, ao Judiciário, dirimir conflitos entre pessoas e instituições aplicando as leis e a Constituição. Essa divisão de poderes e atribuições tem dois motivos: um, mais técnico, é a especialização, pois se acredita que os entes públicos, como as pessoas, fazem melhor aquilo em que se especializam. O outro motivo é político: divide-se o poder entre três instituições para que uma possa limitar e controlar a outra e, assim, evitar os excessos. No sistema brasileiro de controle de adequação das leis à Constituição e à Ordem Jurídica (uma espécie de controle de qualidade das leis), o Senado tem papel importantíssimo. Em primeiro lugar, durante a elaboração das leis, é uma Casa Revisora da legislação proposta pela Câmara, além de iniciar o processo legislativo em outras situações. Depois da lei estar “pronta”, o Senado pode fiscalizar sua constitucionalidade (sua qualidade) questionando, no Supremo Tribunal, as leis que achar inconstitucionais. Quando o Judiciário identificar uma lei como inconstitucional, o Senado deve suspender sua execução em todo o país. Finalmente, se o Poder Executivo, ao regulamentar uma lei, extrapolar sua competência, cabe ao Senado corrigir o erro, suspendendo o ato normativo em que houver excesso.



Frases

“Não tenho nada com isso, nunca gastei ovo, tomate, hortaliças em geral com político”

Heloísa Helena, ao afirmar que não teve participação no evento em Maceió em que estudantes atiraram ovos e tomates contra Lula.

“Agradeço o presidente Lula por ter me poupado de opinar sobre a demissão de Lessa”

Aloizio Mercadante, depois de ter elogiado, em Plenário, o economista Carlos Lessa, afastado da presidência do BNDES.

“Quem será o próximo ministro a cair?”

Arthur Virgílio, ao dizer que mudanças no governo, como a troca de comando no BNDES e no Ministério do Planejamento, trazem insegurança para a economia.

“A grande reforma se começa pelo cultivo das virtudes”

Mão Santa, ao sustentar que a verdadeira reforma do Judiciário depende dos homens que a fazem e não da construção de prédios.

“O grande papel do PMDB é ser a consciência crítica da nação”

Pedro Simon, defendendo a manutenção do apoio do partido à governabilidade, mas sem ocupar cargos.

“Os partidos estão condenados hoje a uma quase permanente corrida eleitoral”

Paulo Octávio, autor da proposta que unifica as eleições de todos os cargos eletivos do Executivo e Legislativo nos três níveis de poder.

“Não creio que o argumento de que o Congresso não funciona bem em parte do ano eleitoral tenha fundamento. O que o país ganha ao realizar as eleições municipais compensa essa perda”

Eduardo Suplicy, discordando da proposta que unifica o calendário eleitoral, que na opinião do senador deixará as questões municipais diluídas nos debates estaduais e nacional.

Foto da Semana

Estudantes visitam a exposição que integra as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, data do assassinato do líder negro Zumbi, do Quilombo dos Palmares, em 1695. A exposição, que acontece na Galeria da Câmara dos Deputados, é uma iniciativa da Diretoria Geral daquela Casa e pode ser visitada até sexta-feira (26).



MOREIRA/MARIZ

Rádio Senado debate estado do Planalto Central

A proposta de criação do estado do Planalto Central, que está sendo discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é o tema do programa *Conexão Senado*, que vai ao ar pela Rádio Senado nesta segunda-feira ao meio-dia.

O novo estado, proposto pelo então senador Francisco Escórcio, seria formado de um território reduzido do Distrito Federal, quatro municípios de Minas Gerais e 25 de Goiás. O autor acredita que a iniciativa vai estimular o desenvolvimento das cidades-satélites de Brasília e dos municípios próximos ao Distrito Federal.

O programa conta com a participação de Escórcio e dos senadores Paulo Octávio (PFL-DF) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Na opinião de Paulo Octávio, é preciso que se realize plebiscito

no DF para consultar a população sobre a possível criação do novo estado. Já Eduardo Azeredo diz que Minas Gerais não deve ceder municípios para outro estado. O ouvinte pode participar do debate pelo telefone (061) 311-1261 ou mandando e-mail para conexao@senado.gov.br.

Carlinhos Brown na programação musical

A programação musical da Rádio Senado desta semana dá destaque ao músico Carlinhos Brown – foto – tema do *Escala Brasileira*, que vai ao ar na quinta-feira às 23h.

Criado na periferia de Salvador, Brown é músico polivalente e atua como percussionista, compositor e produtor, além de ser uma figura importante do cenário cultural baiano. Seu nome artístico é uma homenagem a James Brown, ídolo do *funk* e da

soul music. Dominando vários instrumentos de percussão, Brown se tornou um dos músicos mais requisitados da Bahia no início dos anos 80. Em 1985 integrou a banda de Caetano Veloso no disco *Estrangeiro*. Sua composição *Meia Lua Inteira* fez muito sucesso. Participou também de turnês mundiais com João Gilberto, Djavan e João Bosco.

Nos anos 90, projetou-se nacional e internacionalmente como líder do grupo *Timbalada*, que reunia mais de cem percussionistas e cantores, a maioria jovens pobres do bairro do Can-



CÉLIO AZEREDO

deal, onde nasceu. Depois disso, lançou discos solo – *Alfagamabetizado* e *Omelete Man* –, em que atua como cantor, compositor e instrumentista.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Quem foi presidente nunca perde a majestade

ALEXANDRE GUIMARÃES

Ernest Hambloch não foi apenas cônsul inglês no Brasil e correspondente do *Times* de Londres: alcançou certamente a posição de maior brasiliense do começo do século passado.

Quando lançou *Sua Majestade, o Presidente do Brasil*, em 1936, surgiu com um interessante estudo sobre o sistema político brasileiro durante a República Velha. A obra é marcada por uma sutil ironia, própria dos britânicos, mas relata, de forma embasada, alguns traços marcantes de nosso país na época da “política do café com leite”.

Ao comparar o Segundo Reinado com a Primeira República, mostra os defeitos apresentados por nosso presidencialismo e suas desastrosas conseqüências nas esferas social e econômica.

“Os políticos no Brasil republicano podem errar, e podem cair da graça. Mas não caem do poder.” A afirmação, entre tantas outras, rendeu-lhe a posição de *persona non grata* no país, governado por Getúlio Vargas.

O então presidente Vargas, já tentado pelo totalitarismo e seguindo o conselho de seus ministros mais próximos, achou que o livro, de forma indireta, era uma referência a seu governo.



REPRODUÇÃO

Cartazes espalhados pelas ruas centrais do Rio de Janeiro e um livro-resposta, intitulado *Crítica do volume 'His Majesty, the President': afronta ao Brasil*, foram produzidos pela Ação Integralista Brasileira, o partido fascista brasileiro. Estudantes de direita promoveram quebra-quebras de vitrines de empresas inglesas. Hambloch se escondeu e, em seguida, viu-se obrigado a deixar o país após um quarto de século.

Atual, leve e irônica, impressiona a leitura de *Sua Majestade, o Presidente do Brasil - um Estudo do Brasil Constitucional (1889-1934)*, publicado pelo Senado Federal, na coleção “O Brasil Visto por Estrangeiros”.

Alexandre Guimarães é consultor do Senado Federal. *Sua Majestade, o Presidente do Brasil - um Estudo do Brasil Constitucional (1889-1934)*, de Ernest Hambloch, editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, custa R\$ 15 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-3575.

ESPECIAL

O poder da palavra: a palavra do poder

“O que dizer no dia da posse?” Se essa pergunta assalta todos os eleitos para cargos públicos, não seria diferente quando se trata do próprio presidente da República. É desse tema que trata o livro *Palavra de Presidente*, que reúne os discursos de posse, de Deodoro da Fonseca a Lula.

Vencidas as incertezas da eleição, o que falar ao assumir o cargo? Eleitores e apoiadores – mas também opositores – estarão de olhos e ouvidos atentos a tal momento. Diferentemente de discursos de campanha, não é mais momento para simplesmente persuadir ou convencer eleitores. Se bem que continue sendo um momento



CORREIO DA MANHÃ/ARQUIVO NACIONAL

“Homens de meu país! Neste momento eu sou a oferta e a aceitação. Não sou promessa. Quero ser verdade e confiança, ser a coragem, a humildade, a união. A oferta de meu compromisso ao povo, perante o Congresso de seus representantes, quero-a um ato de reverdecimento democrático”

Emílio Garrastazu Médici

“O que nós estamos vivendo hoje neste momento pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até onde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país”

Luiz Inácio Lula da Silva

para arrebanhar simpatias e apoios. Terminada a disputa, espera-se nobreza do vencedor. Compromissos e plataformas são aguardados. Cobranças são logo aguardadas pelos apoiadores e opositores.

O livro contém, além do texto dos discursos, resumos de cada um deles, acompanhados de análise detalhada de como foram constituídos. Inclui, também, sumários críticos. As análises são feitas à luz dos conceitos da retórica e da análise de discursos.

A “fórmula” utilizada nos dis-



WILSON DIAS/ABR

curso não muda muito ao longo da história. O “lugar físico e institucional” de onde o empossado profere sua fala varia muito. O juramento perante o Congresso foi feito por quase todos. Mas nem sempre é no Congresso que o presidente faz o discurso que “ficou gravado na história”. O clima das relações Executivo-Legislativo está no centro dessa escolha: JK faz um discurso significativo no TSE, que lhe assegurou a diplomação e a posse. Mas João Goulart o faz no Congresso. Os presidentes militares fazem seus discursos preferencialmente no Palácio do Planalto, além da transmissão por rádio ou TV. Getúlio Vargas vai para a praça, em 1951, logo após o juramento solene no Congresso.

Palavra de Presidente, de João Bosco Bezerra
Lançamento: dia 24 de novembro de 2004
Biblioteca do Senado Federal, a partir das 19h

Conheça o Congresso

Criado há 32 anos, Prodasen é a cabeça virtual do Poder Legislativo

O Prodasen é sinônimo de excelência no campo da informática do Poder Legislativo. Atua no sentido de tornar mais transparente o trabalho do Senado quando, por exemplo, facilita o acesso ao conteúdo das propostas em discussão na Casa por meio da ordem do dia eletrônico. Trabalha também para tornar a consulta ao Orçamento da União mais simples e, em breve, vai tornar disponível um aplicativo nessa área. “Cada sistema criado é mais um sonho realizado”, diz Petrônio Barbosa, diretor do órgão. O Prodasen está comemorando 32 anos de

fundação.

Um dos grandes momentos do órgão foi o trabalho desenvolvido durante a Constituinte de 1988, quando possibilitou que cidadãos de todo o país participassem da elaboração do novo texto constitucional ao administrar o envio de sugestões. Além disso, compilou as emendas apresentadas ao relator e ajudou os parlamentares a realizarem o trabalho.

Na década de 90, o Prodasen optou por uma profunda mudança de concepção na filosofia computacional da instituição. Antes tinha uma arquitetura

centralizada.

Passou a ter um conceito de rede distribuída, fundamentada em microcomputadores que, hoje, chegam a 4 mil no Senado. Esse foi um salto de qualidade, na avaliação de Deomar Rosado, diretor de suporte técnico do Prodasen.

O Prodasen é responsável também pela manutenção da comunidade virtual do Poder



MÁRCIA KALUME

Trabalho realizado pelo órgão é sinônimo de excelência no campo da informática

Legislativo (Interlegis), um projeto que congrega todas as câmaras de vereadores e assembleias legislativas do país e

é pioneiro no uso do *software* livre. O portal www.interlegis.gov.br tem cerca de 10 mil acessos diários.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Reportagem: Eliana Lucena, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e

Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Pelo fim da violência contra a mulher

Para evidenciar que a agressão contra as mulheres é uma violação aos direitos humanos e compromete toda a sociedade, inicia-se nesta quinta-feira a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, realizada internacionalmente desde 1991 em aproximadamente 130 países. As atividades começam em 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres, e terminam em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. A campanha tem o slogan "Pela saúde das mulheres, pela saúde do mundo, basta de violência!" O governo brasileiro declarou 2004 como o Ano da Mulher.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, saiba quais são as formas mais comuns de violência

contra a mulher, como denunciá-las e o que diz a legislação. Segundo a organização não-governamental (ONG) Anistia Internacional, a agressão é a causa mais freqüente de morte entre as mulheres de 15 a 44 anos de idade, superando doenças como câncer e malária, e até acidentes de trânsito.

A mobilização é uma iniciativa do Centro para a Liderança Global das Mulheres (Center for Women's Global Leadership). No Brasil, é coordenada pela ONG Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende), e pela Bancada Feminina no Congresso. Informações no site www.agende.org.br/16dias.

Em Olinda, adultos e crianças se unem e saem às ruas para sensibilizar a população



KARLA VIDAL/ INSTITUTO PAÍPI

Legislação busca coibir a ação dos agressores

A Constituição de 1988 obriga o Estado a tomar medidas necessárias para prevenir e punir a violência que ocorre no âmbito da família. Em 1995, o Brasil ratificou a "Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher" (Convenção de Belém do Pará). Em 2001, o Código Penal foi alterado com a aprovação da Lei 10.224, que tipifica o crime de assédio sexual. Isso ocorre quando alguém constrange outra pessoa com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se de sua condição de superior hierárquico ou de ascendência, inerente ao exercício de emprego, cargo ou função. A pena, nesses casos, é a prisão de um a dois anos.

Hospitais devem notificar agressões

A Lei 10.778, de 2003, determina que, em caso de violência física ou psíquica contra a mulher trabalhadora, os serviços de saúde públicos ou privados são obrigados a fazer a notificação compulsória ao Ministério da Saúde. Em junho de 2004, entrou em vigor a Lei 10.886, que configura a violência doméstica como crime. A pena é a detenção de seis meses a um ano, sem agravantes, que podem aumentar a punição em um terço.

O Brasil é signatário de instrumentos para o combate à violência de gênero, como a "Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher" (1979); a "Conferência Mundial sobre Direitos Humanos" (1993); a "Conferência Internacional de População e Desenvolvimento" (1994); e a "Conferência Mundial sobre a Mulher: Desenvolvimento e Paz" (1995).

Código Penal determina punição para crimes como ameaça e atentado ao pudor

■ **Lesão corporal** - São agressões físicas, com socos, tapas, pontapés, ou com uso de objetos que prejudiquem a saúde da mulher (art. 129 do Código Penal). Pode ser de natureza leve, grave ou gravíssima, este último com pena de reclusão de dois a oito anos. Nesses casos, a mulher deve pedir ajuda a familiares e amigos; procurar assistência médica se estiver ferida; e registrar queixa em uma delegacia de polícia, guardando o boletim de ocorrência. Se houver marcas de ferimento, deve exigir exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal. A vítima pode mover ação civil contra o agressor, para que ele repare economicamente o dano causado.

■ **Ameaça** - Significa intimidar, causar medo ou prometer fazer algo nocivo a alguém, por palavras, gestos ou por escrito, como ameaça de morte, de agressão (art. 147 do Código Penal). Registre a ocorrência na delegacia, indicando testemunhas. O boletim de ocorrência deve ser guardado. É possível pedir proteção policial - converse com a polícia ou procure o Ministério Público no estado ou município para obter orientação.

■ **Estupro e atentado violento ao pudor** - O estupro ocorre quando a mulher é obrigada a manter relação sexual vaginal sob ameaça ou violência (art. 213 do Código Penal). O atentado violento ao pudor é quando ela é obrigada a manter relação sexual anal, oral e qualquer outro contato íntimo que não seja relação sexual vaginal, ou quando é obrigada a presenciar outras pessoas tendo relações sexuais (art. 214 do Código Penal). Os dois crimes são considerados hediondos (Lei 8.072/90), com penas que podem chegar a 30 anos. A vítima deve prestar queixa em uma delegacia, além de realizar exame de corpo de delito, no Instituto Médico Legal, mesmo que não existam marcas

visíveis da violência. Recomenda-se que a vítima não se lave até ser examinada e apresente as roupas que usava no momento do crime. A mulher tem direito à assistência médica gratuita e a medicamentos para o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis. Caso tenha engravidado, ela tem direito a interromper a gravidez (art. 128 Código Penal) e o procedimento pode ser realizado pelo Sistema Único de Saúde. É importante guardar o boletim de ocorrência.

■ **Abandono** - Quando a mulher estiver em situação de abandono, sem meios para a sua sobrevivência ou a de seus filhos, pode registrar ocorrência em delegacia. Quem desampara está sujeito à ação penal, como prevê o Código Penal, que enumera vários tipos de abandono (arts. 133, 134, 244, 246 e 247). A vítima tem direito a entrar com ação de investigação de paternidade, quando necessário. Com o reconhecimento, o pai é obrigado a pagar pensão alimentícia às crianças.



ILUSTRAÇÃO DE FERNANDO LOPES

Fonte: cartilha "A mulher e as leis", da Comissão Ano da Mulher - 2004, do Senado. Ilustração de Fernando Lopes

Preconceito e medo dificultam denúncias

São poucos os agressores levados à Justiça e condenados. As mulheres enfrentam muitas dificuldades para denunciar seus algozes, geralmente os próprios companheiros. Para a advogada Leticia Massula, assessora da ONG Agende e coordenadora do projeto Promotoras Populares Legais, há muito preconceito na sociedade e falta de informação, tanto de quem atende as vítimas como das próprias mulheres. "Elas desconhecem seus direitos. Muitas vezes são vítimas da violência mas não conseguem perceber isso porque a violência está inserida em nossa cultura."

Como exemplo, Leticia cita o que é mostrado nas novelas. "As pessoas comemoram quando a vilã é espancada, como se fosse justificável bater em alguém, como se fosse uma questão de merecimento. Há outras formas de resolvermos os problemas. Para piorar, é sempre uma mulher que apanha", diz. A advogada reconhece que o surgimento das delegacias especializadas no atendimento às mulheres representou grande avanço, assim como os abrigos e os centros de referência para tratar as vítimas. Mas ressalta que eles não atacam a causa

do conflito. "É preciso que a violência seja discutida nas escolas. Faltam educação e reflexão sobre o problema." As organizações que trabalham em defesa da mulher apresentaram ao governo um anteprojeto de lei para facilitar o processo dos casos de violência doméstica. As entidades querem que a legislação seja alterada para agilizar os julgamentos e melhorar o atendimento das vítimas, incluindo a criação de varas especializadas. "Estamos aguardando os últimos pareceres para que ele seja enviado ao Congresso", informa Leticia.

Informações

Disque Saúde da Mulher
0800 644-0803

Disque Direitos Humanos: 100
ouvidoria@sedh.gov.br

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Tel.: (61) 2104-9377
www.presidencia.gov.br/spmulheres

Ouvidoria da Mulher:
(61) 2104-9391
ouvidoria@spmulheres.gov.br

Comissão do Ano da Mulher do Senado Federal
Tel.: (61) 311-2239
www.senado.gov.br/anodamulher

Comissão do Ano da Mulher da Câmara dos Deputados
Tel.: (61) 216-6204
www.camara.gov.br

Ipas Brasil
Tel.: (21) 2532-1939
www.ipas.org.br/fale.html

Agende - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
Tel.: (61) 273-3551
www.agende.org.br

União Brasileira de Mulheres (UBM)
Tel.: (11) 3107-7905
www.ubmulheres.org.br

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)
Tel.: (61) 224-1791
www.cfemea.org.br

Comitê da América Latina e Caribe para os Direitos da Mulher (Cladem)
www.derechos.org/cladem

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem)
www.unifem.undp.org

Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres
www.agende.org.br/16dias

Centro Dandara de Promotoras Legais Populares
www.centrodandara.org.br

Campanha Laço Branco
www.lacobranco.org

Legislação Federal
www.planalto.gov.br